

Economia em Debate

nº 249

(19/04/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

‘Bondade’ de Temer põe financiamentos em risco

O Estado de S. Paulo - 19/04/2018

O pacote de bondades que o presidente Michel Temer quer lançar de olho na reeleição pode reduzir os financiamentos com juros mais baixos para a compra da casa própria e afetar o caixa do BNDES.

As fontes de recursos dessas operações são o FGTS e o PIS/Pasep. Se liberar o PIS/Pasep para todas as idades e o saque do fundo para quem pedir demissão, o governo colocará essa fonte em risco. A Constituição diz que, na falta de recursos do PIS/Pasep, o BNDES é obrigado a devolver dinheiro ao fundo.

Com a recuperação lenta da economia e a agenda econômica empacada no Congresso, o governo busca medidas para acelerar a economia e chegar às eleições com melhora de indicadores mais perceptível pela população. A projeção oficial de alta de 3% do PIB está mais difícil de ocorrer e integrantes da área econômica são cobrados a dar uma injeção de ânimo nos moldes da liberação das contas inativas do FGTS, que colocou R\$ 44 bilhões na economia em 2017.

Por meio da sua assessoria, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse não ver problemas em liberar o FGTS para quem pede demissão, desde que a medida não coloque em risco a sustentabilidade do próprio fundo. A proposta já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Segundo Colnago, 2,3% a 2,5% é o potencial de crescimento da economia. Para ele, nada leva a crer que o País crescerá menos que o projetado, principalmente com medidas como a do PIS/Pasep.

“É lógico que a liberação do FGTS coloca em risco o fundo”, disse o presidente da Câmara da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. Para ele, essas medidas estimulam o consumo e não sustentam depois o crescimento. “O que tem de ser feito é destravar a economia e os investimentos. Só que a equipe econômica nunca leva em conta as medidas para o crescimento”, disse. A área econômica está dividida em relação à liberação do FGTS. Um levantamento dos dados está sendo feito.

Para o economista Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP, o efeito será paliativo em uma economia que cresce a passos lentos. O que virá depois é o enfraquecimento das fontes de financiamento dos bancos públicos em um cenário de juros ainda altos nos bancos privados.

Com a possibilidade de saque do PIS/Pasep, o BNDES terá de devolver o que recebeu desse fundo. O banco terminou 2017 com R\$ 27,7 bilhões. Como empréstimos retornam lentamente, o receio é de que seja preciso usar recursos em caixa na devolução, que pode ficar entre R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões. Além disso, R\$ 100 bilhões devem ser devolvidos ao Tesouro Nacional.

‘Mercado quer agenda reformista e fiscal’

O Estado de S. Paulo - 19/04/2018

Com o mercado acompanhando com lupa os desdobramentos das eleições ainda bastante incertas de outubro, o presidente da B3, a Bolsa paulista, Gilson Finkelsztain, diz que um próximo presidente com comprometimento com a agenda fiscal do País poderá garantir um ciclo longo de crescimento à economia brasileira e, na esteira, ao mercado de capitais. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, a primeira desde que assumiu o comando da quinta maior bolsa do mundo, há quase um ano, o executivo afirma que chegou a hora de o Brasil “parar de perder oportunidades”, principalmente neste momento em que as peças estão alinhadas para garantir o desenvolvimento do mercado, em especial por causa da taxa de juros, “no nível mais baixo da história”. A seguir, os principais pontos da entrevista.

Qual tem sido a resposta dos clientes após a fusão entre BM&FBovespa e Cetip?

Foi fundamental antes de fechar a operação envolver os clientes, para a fusão não ser uma agenda apenas das companhias e gerar desconfiança. A companhia está em um momento bom, passou por um grande ciclo de investimento de infraestrutura (de R\$ 2 bilhões no total), com todos os projetos de TI das duas companhias integrados, mesmo com um País com mercado que não cresceu tanto. Agora é aproveitar esse momento bom de Brasil que estamos esperando.

E o momento é bom?

Os astros parecem estar bem alinhados. O mundo está crescendo e com juros baixos. No Brasil, a inflação está sob controle, com juros baixos e uma agenda de reformas. O Brasil está com uma oportunidade pós-eleição que não deveria perder. E somos mestres em perder oportunidade. O Brasil não perde a oportunidade de perder uma oportunidade. Está na hora de mudar isso.

O que é necessário para termos, de fato, o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil?

Estamos vivendo um ciclo de retomada. Há dúvida em relação à velocidade, mas isso não é tão relevante para a agenda de longo prazo do mercado de capitais. O Brasil provavelmente vai entrar em ciclo de crescimento de três a cinco anos. É pouco relevante para essa agenda se vamos crescer 2,5% ou 3% por ano, mas sim se vamos ter um ciclo longo de crescimento. O que é necessário é não reinventar a roda. O que o mercado espera do próximo presidente é uma agenda reformista, um comprometimento com a agenda fiscal. O mercado não tem uma expectativa muito diferente, basta isso. Óbvio que ninguém espera que a gente cometa os mesmos erros do passado, como intervenção de bancos estatais e um BNDES que tente ser o salvador do investimento.

E o cenário para o mercado com os juros baixos?

Juro baixo é transformacional para mercado de capitais. Pessoas físicas e investidores institucionais mudarão a dinâmica de investimento. Os investidores terão que diversificar classe de ativos. Hoje só temos 340 empresas listadas. Os investidores institucionais não negociam renda fixa no mercado secundário e pouco negociam ações. Apesar de termos um mercado financeiro robusto, ele ainda é distante do que pode ser em termos de complexidade e volume.

O número de pessoas físicas na Bolsa tende a crescer?

As pessoas estão começando a perceber no bolso, no extrato, com juro baixo, como o seu investimento rende pouco. Agora perceberão e se educarão de como é importante diversificar ativos, tomar mais risco e perder liquidez. E os fundos de ações têm muito a crescer. Teremos fundos crescendo e pessoas físicas crescendo.

As empresas estão voltando a captar para fazer investimentos?

Vemos uma melhora. As grandes empresas têm agenda maior de investimento, mas ainda aquém do crescimento do crédito de pessoa física. Isso significa que as grandes empresas estão demorando para investir. Talvez a capacidade ociosa e a incerteza de eleição façam com que algum investimento seja adiado, mas as emissões melhoraram bastante.

Podemos ter uma janela aberta para captações, apesar das eleições?

Na medida em que os programas econômicos dos candidatos ficarem mais claros e entendermos um pouco a dinâmica do que podem ser as eleições, acho que poderemos iniciar a retomada das emissões. E até uma abertura da janela no fim do ano. No meio do ano já ficará claro quem são os candidatos e seus programas econômicos. Com o mínimo, o Brasil está preparado para crescer. Se tiver clareza de que não virá nenhuma ruptura, alguma 'exoticidade' do lado do plano econômico, todo mundo vai acelerar investimento.

E qual tem sido a percepção do investidor estrangeiro?

Ninguém tem um viés negativo de Brasil. Mas a incerteza com a eleição traz cautela. Todos, sem exceção, estão com vontade de alocar no Brasil, dentro dos mercados emergentes.

A autonomia do Banco Central (BC) seria importante nesse momento?

Muito. A gente deveria aproveitar a janela. Com todas as críticas que pode ter a esse governo de transição, essa seria mais uma das boas heranças que ele poderia deixar. Eu colocaria o teto de gastos, a reforma trabalhista, que será algo transformacional. E a independência do BC seria algo maravilhoso passar agora. Tiraríamos isso da frente, está na agenda há 15 anos. As transições futuras ficarão mais fáceis.

A B3 analisa o mercado de criptomoedas?

A tecnologia por trás é o que mais nos interessa, o blockchain. Criptomoeda está no nosso radar. Houve demanda de cliente por derivativo de balcão, mas não iremos atender, exatamente pela orientação de Comissão de Valores Mobiliários e BC. Mas há algumas lições que temos tido com esse mercado e que têm a ver com nosso negócio: tem uma geração que gosta de negociar mobile, de negociar 24 horas e isso está no nosso radar.

Autonomia do BC deve ter novo projeto na Câmara O Estado de S. Paulo - 19/04/2018

Governo e Banco Central estão muito próximos de finalizar o projeto de autonomia do BC, que será encaminhado ao Congresso. Fonte ouvida pelo 'Estadão/Broadcast' afirmou que a proposta está "madura" e pode ser apresentada em até dez dias. A tramitação da proposta, como manda a lei, começará pela Câmara.

Também na Câmara está em tramitação outro projeto de autonomia do BC, cuja relatoria é do deputado federal Celso Maldaner (MDB-SC). Uma das possibilidades é a de que o projeto a ser apresentado pelo governo seja apensado ao do relator Madaner. A partir daí, o deputado formularia um substitutivo.

Na próxima terça-feira (24), o presidente do BC, Ilan Goldfajn, se reunirá com Maldaner para discutir a tramitação da proposta. Nos bastidores, o BC afirma que mesmo que um projeto não seja apensado ao outro, o mais importante é que um deles tramite e seja aprovado. A instituição tem acompanhado as conversas em relação a ambos os projetos.

O que está sendo finalizado pela Casa Civil e pelo BC, segundo apurou a reportagem, já está bem próximo do que está sendo proposto na Câmara, o que facilitaria eventual tramitação conjunta.

Um das diferenças entre as propostas diz respeito aos mandatos dos dirigentes do BC. A proposta na Câmara prevê mandatos fixos - inclusive para o presidente do BC -, mas com possibilidade de recondução. Já a proposta desenhada no governo prevê mandato fixo sem recondução.

A primeira diretoria no novo sistema teria mandatos com prazos diferentes, sendo que alguns permaneceriam na função por um prazo de até 7 ou 8 anos, enquanto outros ficariam menos tempo, por 5 ou 4 anos. Todos os diretores seguintes teriam mandato de 4 anos.

Janela de votação. Uma das preocupações diz respeito à janela de votação de projetos no Congresso neste ano. Em função da eleição, a proposta precisa ser aprovada nos próximos meses. Quando junho chegar, a Câmara tende a esvaziar em função das festas de São João e da Copa do Mundo.

Diante desse cenário de resistências e do calendário, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), evitou fazer uma previsão de quando a matéria será votada. “Ainda não começamos a trabalhar os partidos e o texto”, declarou.

Ontem, Maldaner admitiu que, atualmente, não há votos para aprovar a autonomia do BC na Câmara. “O sentimento que tenho ao conversar com os colegas é que não passa”, disse. Segundo ele, deputados da base e da oposição que estão contra a matéria argumentam que o próximo presidente da República eleito é que deve definir o tema. No BC e no Planalto, a visão é diferente. Interlocutores lembram que a nova dinâmica de mandatos fixos no BC passaria a valer apenas em março 2020. Isso está previsto em ambos os projetos.

Na prática, o atual presidente do BC, Ilan Goldfajn, poderia permanecer à frente da instituição até o início de 2020 – se for da vontade dele e do presidente eleito, que assumirá em 2019. Caso Goldfajn não permaneça, o presidente eleito poderia indicar um novo presidente.

“O sentimento que tenho ao conversar com os colegas é que (o projeto de autonomia do Banco Central) não passa.” Celso Maldaner RELATOR DO PROJETO DE AUTONOMIA DO BC NA CÂMARA

Senado aprova que o BC dê palavra final em fusão de bancos

O Estado de S. Paulo - 19/04/2018

Por unanimidade, o Senado aprovou ontem o projeto de lei que trata do acordo entre o Banco Central e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para a competência compartilhada da análise de atos de concentração que envolvam instituições financeiras. O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados.

O projeto dá a palavra final para fusões e aquisições de instituições financeiras ao Banco Central, responsável pela regulação e fiscalização do sistema financeiro nacional. Ao Cade caberá analisar os atos de concentração sob a perspectiva da manutenção da concorrência.

N o caso dos bancos, se o BC entender que há risco prudencial, para a estabilidade financeira, poderá aprovar uma operação unilateralmente, e caberá ao Cade seguir a decisão, mesmo que aumente a concentração bancária.

De acordo com o projeto ambos órgãos analisarão as operações no setor financeiro. As autorizações do BC para fusões e aquisições devem respeitar as competências do Cade no tema. O mesmo vale para as operações de alienação ou transferência de controle acionário.

A proposta prevê que o BC decida previamente sobre os atos de concentração bancária, com um prazo de até 330 dias. Caso verificada a existência de risco sistêmico ou qualquer ameaça aos objetivos de política do Conselho Monetário

Nacional (CMN), o Cade deverá se abster de realizar o controle de concentração sobre a operação.

Além disso, o projeto atribui ao Cade explícita competência para investigar e punir condutas anticoncorrenciais praticadas por instituições financeiras, como cartéis, acordos de exclusividade e discriminação de agentes econômicos.

Na semana passada, em audiência pública na CAE, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, afirmou que a atuação coordenada entre as autarquias visa a conferir maiores racionalidade e eficiência aos procedimentos relacionados à defesa da concorrência no sistema financeiro.

É ‘vital’ conter a dívida brasileira, diz FMI **O Estado de S. Paulo - 19/04/2018**

Num mundo superendividado, o Brasil se destaca por uma dívida pública muito maior que a dos outros grandes emergentes – um importante fator de risco, na avaliação de especialistas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para tornar o País menos vulnerável a choques externos, é “crucial” apressar a arrumação das contas públicas e frear o endividamento, segundo o diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo, Vitor Gaspar.

O perigo de turbulências no mercado financeiro tem crescido com a política de juros baixos e crédito fácil, num ambiente propício a operações de risco e à valorização excessiva de ativos. A lembrança do estouro da bolha financeira há dez anos, começo da última grande crise, tem justificado as advertências de economistas e dirigentes de entidades financeiras e econômicas multilaterais.

Qualquer choque um pouco mais forte pode ser desastroso num ambiente de enorme endividamento, segundo têm alertado analistas do FMI e de outras instituições. A soma das dívidas pública e privada atingiu US\$ 164 trilhões em 2016, valor correspondente a 225% do produto global. A dívida pública total chegou a 83,1% do produto naquele ano e em seguida recuou ligeiramente, passando a 82,4% em 2017 e 82,1% em 2018.

Nas economias avançadas o endividamento alcançou 105% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, o nível mais alto desde a Segunda Guerra Mundial. A proporção deve ficar em 103% neste ano e declinar lentamente até 100,4% em 2023, pelas contas do FMI. Mas o cenário se complica nos Estados Unidos, a potência econômica número um, com a política fiscal expansionista do presidente Donald Trump. A dívida pública americana está projetada para 108% do PIB neste ano e 116,9% em 2023.

Emergentes. A situação dos emergentes parece bem mais administrável que a do mundo rico, mas a diferença é explicável, em parte, pelo menor acesso a financiamentos. Nas economias emergentes e de renda média dívida bruta do governo geral chegou a 49% do PIB no ano passado, deve subir para 51,2% em 2018 e alcançar 57,6% em 2023. No Brasil o comprometimento das finanças públicas é muito maior. Estava em 84% do PIB em 2017, é estimado

em 87,3% neste ano e continuará avançando, segundo estimam economistas do FMI, até 96,3% em 2023.

Pelos cálculos do governo brasileiro, a dívida pública ainda está abaixo de 80%. A diferença ocorre porque o critério seguido em Brasília desconsidera os títulos do Tesouro mantidos no Banco Central (BC). Mas a distinção de critérios de nenhum modo reduz o problema ou afeta de forma significativa as avaliações do mercado. Essas avaliações são por enquanto favoráveis, mas podem mudar com o crescimento continuado da dívida ou, ainda mais velozmente, no caso de um choque financeiro.

Monitor. É uma proporção excessiva para um emergente, comentou Vitor Gaspar, retomando em entrevista coletiva a recomendação incluída no Monitor Fiscal, um relatório publicado pelo FMI em abril e outubro.

O Brasil, segundo a publicação, deve aproveitar as condições criadas pelo crescimento econômico e adiantar a execução dos ajustes e reformas, para estabilizar a dívida bruta antes do prazo previsto de 2024. A decisão de como cuidar do assunto caberá, é claro, às autoridades do Brasil, ressalva o economista, mas a recomendação técnica está feita.

O problema prático é saber como o governo poderá gerar superávits primários, nos próximos anos, em volume suficiente para estabilizar a proporção entre a dívida e o PIB. As contas públicas brasileiras têm sido fechadas com déficit primário desde os anos finais do governo da presidente Dilma Rousseff.

Há superávit primário quando sobra algum dinheiro depois das despesas de operação governo, aquelas necessárias para o custeio da administração e, quando possível, para algum investimento. Há anos o dinheiro tem sido insuficiente até para cobrir esses gastos. Neste ano, por exemplo, o governo federal se esforça para conter déficit primário em R\$ 139 bilhões. Para o próximo ano a meta deve ser um buraco de R\$ 129 bilhões.

Perspectiva. Sem alguma sobra, falta dinheiro até para cobrir uma pequena parcela dos juros vencidos no ano. É preciso, portanto, refinanciar os juros e, naturalmente, o principal da dívida. Assim, cresce o valor devido. Pelas projeções correntes em Brasília, a dívida continuará em expansão até o fim do próximo governo e só se estabilizará em 2023 ou 2024. E mesmo essas estimativas podem estar erradas, a depender da orientação política implantada nos próximos anos.

O atual nível de endividamento público dos emergentes, perto de 50% na média, foi verificado pela última vez nos anos 1980, período de crise conhecido como a década perdida, lembrou Vitor Gaspar. Muito acima disso está o do Brasil, superior a 80% do PIB e no rumo de 96%, pelas contas do FMI.

Refinanciamento de dívidas pode beneficiar 600 mil empresários

O Estado de S. Paulo - 19/04/2018

O empresário Jonas Abraão Ferreira abriu seu negócio de peças automotivas, a Jaf Comercial e Distribuidora, em 2003, em Barueri (SP). Mas como muitos outros microempreendedores que sentiram os efeitos da crise econômica, deixou de pagar taxas e tributos, ficando em dívida com a União. Agora, Ferreira terá a oportunidade de renegociar esse débito fiscal.

A razão é que micro e pequenos empresários registrados no Simples Nacional (empresas com faturamento anual limite de R\$ 4,8 milhões e microempreendedor individual com ganho de até R\$ 81 mil) estão autorizados a pedir o refinanciamento das dívidas tributárias por intermédio do Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pert-SN).

O prazo de 90 dias para solicitar o parcelamento está em andamento desde o último dia 9, data em que foi publicada a Lei Complementar 162/2018, após o Congresso Nacional derrubar o veto do presidente Michel Temer, que impedia essas empresas de pedirem o benefício.

“Em janeiro, eu havia feito o parcelamento da dívida, porque corria o risco de sair do Simples. Mas agora fiquei sabendo dessa nova possibilidade de parcelamento”, conta Ferreira. Ele estuda entrar nesse novo programa, que poderá beneficiar até 600 mil empreendedores, conforme estimativa feita pelo Sebrae.

O consultor jurídico da instituição, Emerson Neves, diz ser possível aderir ao programa, mesmo com algum tipo de parcelamento em andamento. “Isto implica na desistência compulsória e definitiva do antigo acordo.”

Se realmente optar pelo programa, Ferreira deverá fazer o pedido por meio de uma plataforma, ainda em elaboração, que estará disponível nos portais do Simples Nacional e eCAC da Receita Federal até o fim deste mês, segundo informa o Ministério da Fazenda. Poderão ser parceladas apenas dívidas ativas ou em execução até novembro de 2017.

Parcelamento. Para aderir ao Pert-SN, é imprescindível quitar 5% da dívida total, que poderá ser dividida em até cinco parcelas consecutivas. Após esse pagamento, o programa oferece três formas de liquidar o restante do débito. Em uma única parcela, com desconto de 90% dos juros de mora (taxa percentual sobre o atraso do pagamento) e 70% das multas de mora (de ofício ou isoladas).

A segunda opção é o parcelamento em até 145 vezes, com redução de 80% dos juros de mora e 70% das multas. Como terceira alternativa, é possível parcelar a dívida em até 175 vezes, com redução de 50% de juros de mora e

25% das multas de mora. Em todas as opções são abatidos 100% dos encargos legais, incluindo honorários advocatícios.

O valor mínimo de cada prestação para os pequenos empresários é de R\$ 300. Para o MEI, o valor mínimo da parcela ainda não foi definido pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). A taxa Selic será acrescida nas prestações mensais. “Achei bem vantajoso, principalmente por conta dos juros”, afirma Ferreira. “É muito injusto com o pequeno pagar juros.”

Como soube do Pert-SN recentemente, ele ainda não sabe qual opção de parcelamento irá escolher. Neves, do Sebrae, alerta que o empreendedor deve procurar suporte antes de optar por uma das três opções de parcelamento.

“É importante procurar um contador para auxiliar na análise da saúde financeira da empresa. É preciso analisar questões importantes, como o faturamento, para decidir a melhor forma de parcelamento. Ou ainda entender se é mais interessante para a empresa adquirir outra forma de pagamento desta dívida, principalmente quando falamos do parcelamento em 175 parcelas consecutivas.”

Mais homens participam de tarefas domésticas

O Estado de S. Paulo - 19/04/2018

Depois de trabalhar 39 anos com carteira assinada, o fotógrafo Júlio César Guimarães, de 56, passou à instabilidade da vida de freelancer. Sem o vale-refeição, cozinhar virou dever diário, e outras atividades do dia a dia da casa entraram na rotina, como fazer faxina e compras. O IBGE comprova o fenômeno estatisticamente: com o orçamento familiar apertado, o homem brasileiro está participando mais dos afazeres domésticos e dos cuidados com os filhos – embora as mulheres sigam sobrecarregadas em termos do número de horas dedicadas a essas tarefas.

A hipótese do IBGE para explicar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) – Outras Formas de Trabalho, divulgada ontem é que as dificuldades financeiras tenham levado as famílias a dispensar domésticas e babás, e que o aumento da carga de atividades em casa tenha forçado a maior atuação masculina. O fato de a taxa de desemprego ter aumentado mais entre homens do que entre mulheres seria outro fator.

O levantamento mostra que de 2016 a 2017 tanto eles quanto elas passaram a se ocupar mais de serviços da casa e cuidados com crianças ou idosos. Só que entre os homens, historicamente menos engajados nessas tarefas – em geral desvalorizadas e relegadas às mulheres por causa da persistência do machismo na sociedade brasileira –, a participação subiu mais.

Segundo o IBGE, a proporção de mulheres que cuidam de tarefas domésticas cresceu 1,9 ponto porcentual em um ano, de 89,8% para 91,7%. O total de homens que realizam esse tipo de tarefa subiu 4,5 pontos porcentuais, de 71,9% para 76,4%.

Elas dedicaram quase o dobro de horas do que eles, média de 20,9 horas semanais, contra 10,8 horas. O fato de ambos trabalharem fora não impacta os dados: os homens ocupados gastam apenas 10,3 horas em média com o lar e filhos, ante 18,1 horas das mulheres; os não ocupados, só 12 horas, ante 23,2 das não ocupadas. O IBGE não dispõe de série histórica sobre o tema – é o segundo ano da divulgação.

“A perda de renda pode explicar por que os homens estão fazendo mais tarefas e por que a divisão está ficando menos desigual. Mas em número de horas, nada mudou”, disse a pesquisadora do IBGE Alessandra Brito, responsável pela pesquisa.

As únicas atividades que o fotógrafo Guimarães não faz “são lavar a passar”, ele contou. “Das 11 horas até umas 15 horas, fico em função da cozinha”, disse ele, encarregado de preparar a marmita da filha, estudante de 22 anos. “Depois que você começa a fazer a própria comida, repara como os preços nos restaurantes são exorbitantes.”

Servidor do Ministério Público, Leonardo Marques, de 41 anos, pai de Helena, de 1 ano, divide tudo com a mulher, que tem carga horária mais pesada como professora. O casal conta com diarista duas vezes por semana. “Eu não ajudo, faço a minha parte. Só não posso amamentar. Se a gente tivesse dinheiro sobrando, poderia ter diarista mais dias, mas eu não mudaria. Não sou só genitor, sou pai”, afirmou.

Governo engaveta privatização da Casa da Moeda Valor Econômico - 19/04/2018

Lançado no ano passado, o projeto de privatização da Casa da Moeda é mais uma iniciativa que deve ficar engavetada na Casa Civil. Polêmica, a matéria envolve disputa por cargos e está nos escaninhos do ministério comandado pelo ministro Eliseu Padilha, enquanto o governo concentra sua energia política na venda da Eletrobras e em aprovar medidas que já estão no Congresso, como o cadastro positivo.

Procurada, a Casa Civil disse apenas que o assunto está em análise e sem previsão de envio. Nos discursos dos ministros da área econômica, o tema também saiu de cena e não tem mais sido mencionado entre as prioridades na estratégia de redução do tamanho do Estado brasileiro.

Uma fonte do governo explica que não acredita que a proposta vá evoluir. “É muito complicado que isso avance até o fim do ano. Politicamente tem toda dificuldade que envolve uma privatização dessas, além da questão da prioridade que temos de estruturar outras concessões e a privatização da Eletrobras”, disse esse interlocutor. “Não adianta enviar um projeto que não vai avançar, gerando só desgaste”, completou, acrescentando que mesmo que fosse enviado a matéria, a modelagem demoraria mais de um ano, inviabilizando que ocorra ainda em 2018.

Outra fonte comenta que o assunto também atrai interesses de políticos, já que há anos a instituição recorrentemente tem sido alvo de disputas entre lideranças partidárias por indicações para cargos de direção. A Casa da Moeda é área de influência do PTB, um dos integrantes da base aliada do governo de Michel Temer, e que também controla o Ministério do Trabalho.

Recentemente, a companhia foi alvo de investigação e operação da Polícia Federal por supostas fraudes em licitações. Em outros períodos também foi alvo de suspeitas e investigações.

A justificativa inicial do governo para privatizar a Casa da Moeda era por conta de prejuízos gerados pela instituição, responsável por fabricar o dinheiro em circulação no Brasil, o que levaria à necessidade de aportes pelo Tesouro Nacional, em um quadro de fragilidade fiscal.

Poucos dias depois do anúncio da intenção de privatizar a empresa, o presidente da instituição, Alexandre Cabral, veio a público para negar a informação do governo sobre supostos prejuízos recorrentes e explicou que só teria havido um ano de perdas, 2017, com a companhia voltando ao terreno positivo já neste ano. O movimento de venda iniciado pelo governo também gerou reações contrárias de funcionários e manifestações públicas de políticos contrários.

A paralisa no processo não é o primeiro caso de medida proposta pelo Ministério da Fazenda que é barrado na Casa Civil. No fim do ano passado, apesar de pronto e resultado de várias discussões técnicas e de estar sempre presente em discursos do ex-ministro Henrique Meirelles, a proposta de nova lei de recuperação judicial foi parar no fundo da gaveta da Casa Civil, por conta de pressões políticas feitas por advogados ligados ao presidente Michel Temer.

Fontes relatam que outros temas também estão sendo retidos por decisão política no Palácio do Planalto, como a privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que seria a primeira do gênero na área portuária.

Spread alto e incerteza eleitoral afetam retomada

Valor Econômico - 19/04/2018

A atividade econômica perdeu fôlego no começo do ano, uma desaceleração que se deu num quadro formado por juros ainda muito elevados nos empréstimos, recuperação fraca do emprego, incertezas eleitorais e dúvidas quanto à saúde financeira das empresas. Essa combinação ajuda a explicar o desempenho mais fraco nos primeiros meses do ano da indústria, do comércio e dos serviços, pelo lado da oferta, e do consumo das famílias e do investimento, pelo lado da demanda.

Diversas projeções apontam hoje para uma expansão do PIB no primeiro trimestre de 0,5% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal. É bastante inferior ao cerca de 1% que era considerado factível na virada do ano por parcela considerável de bancos e consultorias, especialmente devido à forte queda dos juros básicos. Com isso, fica difícil um crescimento de 3% em

2018, o que exigiria uma aceleração muito expressiva nos próximos trimestres. Nesse ambiente, ganham espaço projeções mais próximas de 2,5%.

Sócio da 4E Consultoria, Juan Jensen observa que dois fatores que impulsionaram o consumo em 2017 não se repetem neste ano - a liberação de cerca de R\$ 44 bilhões das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o aumento razoavelmente expressivo da renda em termos reais, por causa do tombo da inflação. A expectativa é de que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fique na casa de 3,5% neste ano, um pouco acima dos 2,95% do ano passado.

Para compensar a ausência desses estímulos, o crescimento do emprego e a recuperação do crédito passam a ser fundamentais, diz ele. "Mas isso tem ocorrido em ritmo insuficiente." No crédito, o custo para quem toma empréstimos segue alto, limitando o efeito da Selic na mínima histórica, mesmo num ambiente de redução do endividamento das famílias, afirma Jensen. O problema é a queda modesta do spread bancário (a diferença entre a taxa cobrada em financiamentos e o custo de captação dos recursos). A 4E tem uma visão mais cautelosa sobre a atividade desde a virada do ano, projetando crescimento de 1,9% em 2018.

Números da LCA Consultores mostram que o spread nos empréstimos para a pessoa física com recursos livres caiu muito pouco quando se excluem as taxas do cartão de crédito, que recuaram com mais força no ano passado, devido a uma mudança nas regras do crédito rotativo. Nas contas da LCA, esse spread estava em 45,8 pontos percentuais em fevereiro, pouco abaixo dos 49,3 pontos de janeiro do ano passado.

Para o economista-sênior da LCA, Bráulio Borges, o canal de transmissão do crédito pode estar "relativamente entupido" por causa de níveis incerteza "ainda acima dos usuais, que limitam tanto a disposição dos bancos em emprestar mais como dos agentes em se endividar". Além disso, o aumento da concentração bancária nos últimos anos também "pode estar jogando areia" nesse canal, avalia Borges.

O consumo das famílias tem sido afetado ainda pela situação do mercado de trabalho. Grande parte da geração de vagas se concentra nos postos por conta própria ou sem carteira assinada. No setor formal, a evolução das contratações ainda não engatou. Jensen diz que, entre outubro e janeiro, o saldo de empregos com carteira assinada ficou em 50 mil por mês, feito o ajuste sazonal. Em fevereiro, porém, o resultado ficou perto de zero, afirma ele. O dado de março, segundo Jensen, será fundamental para avaliar se o que ocorreu no mês anterior foi um ponto fora da curva ou uma alteração de tendência. Trabalhadores com carteira têm mais segurança para consumir e se endividar.

O investimento tem se recuperado a um ritmo gradual, especialmente se considerado que chegou a cair quase 30% na crise. Um fator que parece atrapalhar uma recuperação mais forte é a situação financeira das empresas. A A.C. Pastore & Associados chama a atenção para o crescimento do número de

solicitações de recuperação judicial. Nos três meses até março, houve uma média de 137 pedidos, na série com ajuste sazonal da consultoria, uma alta em relação aos 111 da média do quarto trimestre de 2017. "O número atual é mais do que o dobro do verificado entre 2012-2013", observa o economista Marcelo Gazzano, da A.C. Pastore.

Em relatório, a consultoria observa que "dados de endividamento das empresas são escassos, e as informações disponíveis apontam que apenas as empresas de maior porte avançaram de maneira mais expressiva no processo de desalavancagem". A consultoria reduziu nesta semana a estimativa de crescimento de 2018 de 3% para 2,2%.

O investimento também já parece afetado em alguma medida por incertezas relacionadas às eleições, num cenário em que há dúvidas sobre a delicada situação fiscal do país, como diz José Ronaldo de Castro Souza Jr., diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esse clima de incerteza afeta a decisão de contratar mão de obra, de investir e de tomar crédito, além de tornar o consumidor um pouco mais cauteloso, aponta o economista-chefe do Banco Votorantim, Roberto Padovani.

Para o economista Rodolfo Margato, do Santander, "grandes segmentos do empresariado têm uma demora um pouco maior na tomada de decisão de novas contratações, especialmente por ser um ano com grandes incertezas no quadro político-eleitoral".

Ao falar sobre a atividade nos primeiros meses do ano, Souza Jr. avalia que é preciso tomar cuidado para "não levar a ferro e fogo" o comportamento de dados mensais. Eles podem oscilar de modo mais acentuado, sem que isso represente uma mudança de tendência. Até o momento, ele não alterou a projeção de crescimento de 3% para este ano. Souza Jr. destaca que o efeito do estímulo da Selic mais baixa ainda não se verificou totalmente, também lembrando que o spread segue elevado. À medida que ele cair, o que tenderia a ocorrer nos próximos meses, o impacto da política monetária ficará mais claro, diz ele.

Garantia de crédito com FGTS é medida para a estimular atividade

Valor Econômico - 19/04/2018

Enquanto prepara a regulamentação do uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia do crédito consignado, o governo espera que a Caixa resolva uma questão operacional para viabilizar o funcionamento desse instrumento. O problema a ser resolvido é criar um mecanismo que coloque os 10% do saldo da conta vinculada individual em uma subconta para que o dinheiro possa efetivamente ser uma garantia do financiamento.

A tentativa de colocar de pé essa medida se insere em um contexto de outras ações de caráter "parafiscal" que o governo tem adotado para tentar dar algum combustível extra para o nível de atividade. A equipe econômica avalia que não

tem espaço fiscal para agir por meio do clássico aumento de investimento público e outras medidas que impliquem alta do gasto público e tem trabalhado em alguns ajustes que injetam recursos na economia sem pressionar as contas públicas.

A mais recente, como o Valor antecipou na semana passada, é a liberação do PIS/Pasep para todos os detentores de contas, medida que depende de aprovação no Congresso e que deve injetar ao menos R\$ 10 bilhões na economia, em contas consideradas conservadoras no governo.

A impossibilidade hoje de apartar 10% do saldo da conta vinculada tem sido um fator apontado como elemento que causaria desinteresse nos bancos em utilizar o mecanismo, que depende de regulamentação do governo. É que nas regras do FGTS há previsão de saques totais dos recursos em casos de doença grave e compra de imóveis, o que poderia extinguir a garantia, na visão dos bancos. Daí a intenção de criar uma subconta separando os valores relativos à garantia do crédito.

A lei que criou a hipótese de uso do FGTS como garantia do consignado prevê também que a multa rescisória poderia ser utilizada, mas os bancos também não têm muito interesse nessa alternativa, porque ela só é executável no caso de o trabalhador ser demitido. Pelo acordo firmado entre governo, Febraban e ABBC, os testes para realização de crédito consignado com garantia do FGTS seriam iniciados em maio para que, no início do segundo semestre, esteja disponível aos trabalhadores.

Nos últimos dias, a Caixa anunciou ainda o aumento da oferta de crédito e redução dos juros para o financiamento imobiliário. O setor de construção foi um dos mais atingidos pela crise, e movimentar esse mercado pode ajudar no ritmo de atividade.

Essas ações, segundo uma fonte, ajudam enquanto o efeito da política monetária mais expansionista ainda não foi totalmente materializado. Mas o governo reconhece que seus efeitos são limitados e não têm o mesmo impacto que a liberação das contas inativas do FGTS, que ajudou na recuperação da economia no segundo trimestre do ano passado, por exemplo.

O governo também não quer passar a impressão de que está agindo para promover crescimento de curto prazo e pretende mostrar que o importante é fazer reformas e garantir condições estruturais para a economia crescer. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, enfatizou isso em entrevista ao Valor na semana passada.

Os técnicos do governo sustentam ainda a possibilidade de crescer 3% e dizem que provavelmente a distribuição desse crescimento mudou, com menos intensidade no primeiro trimestre que já passou e mais ritmo a partir deste trimestre, em especial se a distribuição do PIS/Pasep for aprovada no Congresso, o uso do FGTS no consignado for resolvido e com o acúmulo dos efeitos da distensão monetária e a liberação dos depósitos compulsórios, também recentemente anunciada pelo BC.

Apesar de enxergar a expansão de 3% ainda no jogo, uma fonte aponta que algo em torno de 2,5% seria uma percepção mais realista da economia para este ano. Outro interlocutor comenta que, embora ainda se acredite nos 3%, de fato as chances de se confirmar caíram.

BC vai liberar pagamentos em tempo real entre contas e cartões

Valor Econômico - 19/04/2018

O Banco Central (BC) vai autorizar um modelo de pagamentos instantâneos no Brasil, e pediu a bancos e empresas do setor de cartões que apresentem sugestões para desenvolver o sistema. O objetivo é que pessoas e companhias possam transferir dinheiro de forma eletrônica em tempo real, sem restrição de meio ou de horário, e com baixo custo, segundo informação obtida pelo Valor e confirmada pelo órgão regulador.

Com isso, o BC pretende desenvolver uma solução regulada para o chamado P2P - sigla em inglês para "peer-to-peer", transações diretas entre indivíduos - e também para operações envolvendo companhias. Em alguns países, sobretudo na China, tecnologias de pagamentos móveis e instantâneos floresceram à margem das instituições financeiras tradicionais.

É ponto central que as transferências possam ser feitas a qualquer momento e no formato que o usuário desejar, primordialmente por meio dos smartphones. Com isso, uma pessoa poderia enviar dinheiro de sua conta corrente para o cartão de crédito de outra a qualquer hora, inclusive no fim de semana. "Vamos trabalhar para deixar disponível a infraestrutura para o que os pagamentos sejam 24 [horas] por 7 [dias]", afirmou ao Valor o diretor de política monetária do BC, Reinaldo Le Grazie.

Isso implica duas mudanças principais. Uma delas é que haja interoperabilidade total entre contas correntes e cartões de crédito para liquidar as operações. A outra é rever padrões do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), que hoje não permite a conclusão de uma TED entre bancos diferentes fora do horário comercial.

No início do mês, o BC criou um grupo de trabalho envolvendo Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), bandeiras de cartão e instituições de pagamento para definir um modelo operacional. As conversas se dão no fórum de arranjos e instituições de pagamentos do BC. A primeira reunião formal será realizada na próxima semana. Um relatório final com as diretrizes deve ser apresentado em agosto. Segundo fonte que acompanha as conversas, o objetivo é viabilizar a adoção de um sistema até o começo de 2019.

O BC tem como premissas que o modelo adotado não iniba o surgimento de novas tecnologias e que a transferência de dinheiro não esbarre na infraestrutura, disse um interlocutor que faz parte das discussões. Em

contrapartida, o Banco Central pretende assegurar que novos competidores se submetam às mesmas regras que os participantes atuais do mercado. Diferentemente do que ocorre no Brasil, em outros países o setor de meios de pagamentos não é regulado pela autoridade monetária.

Segundo Le Grazie, o objetivo é desenvolver uma estrutura de mercado que possibilite a todos os participantes oferecer alternativas de pagamentos diretos e instantâneos entre pessoas e empresas.

O tema integra um conjunto de medidas que o BC tem analisado para reduzir a circulação de dinheiro em espécie. Também fazem parte dessa agenda a redução das tarifas de intercâmbio do cartão de débito, anunciada neste mês, e estudos sobre cartões de crédito. O regulador vem buscando diminuir subsídios cruzados no sistema - que envolve, bancos, bandeiras, credenciadores e subcredenciadores - e, assim, reduzir o custo para o tomador final. A expectativa é que as medidas promovam a entrada de novas empresas num mercado ainda bastante verticalizado, com os grandes bancos atuando em todas as etapas.

As conversas sobre o modelo de pagamento instantâneo ainda são genéricas, mas um executivo de banco disse que as contas de pagamento - hoje, pouco usadas - poderão ganhar popularidade em transações de valores baixos. Trata-se de um mecanismo parecido com a conta corrente, mas com menos funções. Por isso, teriam custo bem inferior ao de uma TED.

Ao mesmo tempo, as contas de pagamento ajudariam a viabilizar as transferências de e para cartões de crédito. Nesse caso, outro ajuste seria preciso, já que hoje o modelo no qual se baseia o setor não permite que um cartão tenha saldo credor.

Apesar disso, duas fontes disseram que não seria necessária uma grande mexida regulatória para adotar um sistema de pagamentos instantâneos. Seria mais uma questão de ajustes pontuais e de modelo de negócios. "A ideia é ouvir todos os participantes. O BC é líder desse processo. Conversando com a indústria, vamos fazer um debate e escolher um modelo que possamos implantar", disse o chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos do BC, Flávio Tulio Vilela.

FMI vê consolidação fiscal no país apesar de dívida recorde

Valor Econômico - 19/04/2018

Em um momento no qual a dívida global atingiu o maior valor em todos os tempos, o Brasil seguiu a tendência mundial e aparece como destaque negativo entre os emergentes, com o maior grau de endividamento desse conjunto de nações, indicou o relatório Monitor Fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgado ontem. Conforme o levantamento, no ano passado, a relação entre dívida bruta e PIB brasileiro alcançou 84%, ou seja, 35 pontos percentuais acima da média do grupo.

A previsão do FMI é que a taxa alcance 96% do PIB em 2022, mas se estabilize a partir de então. "Esse nível é muito alto no contexto de países com economias emergentes", advertiu o diretor do departamento fiscal do órgão, Vítor Gaspar. O executivo fez um alerta sobre a forte subida da dívida pública no Brasil.

Segundo Gaspar, o Brasil já recebeu recomendações para adotar políticas que evitem um forte crescimento dessa dívida. Apesar da tendência de alta, o diretor do FMI expressou confiança na atuação do país no sentido de frear o aumento. Conforme o especialista, o país deverá ter melhores dados no futuro próximo. "A dívida pública deve ser estabilizada em 2024", afirmou.

O FMI apontou, como medidas positivas para a estabilização do endividamento, a regra do teto para o aumento dos gastos públicos instituída no Brasil desde o ano passado. A norma deve levar a uma redução anual de gastos primários de cerca de 0,5% do PIB a partir de 2019, destacou o organismo multilateral.

O Fundo lamentou, porém, que o Brasil não tenha aprovado outras mudanças com potencial de reduzir ainda mais os gastos públicos, como a reforma da Previdência. Na visão do órgão, se fosse aprovada, a reforma poderia gerar uma economia adicional de cerca de 9,5% do PIB na próxima década. "Espera-se que a dívida estabilize em pouco menos de 100% do PIB em meados de 2020", destacou o documento. O FMI ressaltou que a recente consolidação fiscal no Brasil foi apoiada em uma recuperação das receitas, na contenção das despesas discricionárias e em juros mais baixos.

Durante o evento do FMI, o economista-chefe do Banco Mundial para América Latina, Carlos Végh, afirmou que foram feitas reformas importantes no Brasil nos últimos anos. O especialista destacou tanto a evolução na área fiscal quanto o debate ocorrido para a aprovação da reforma da Previdência. "Há o conceito de que essa reforma deve ser feita", afirmou.

O FMI destacou ainda que o Brasil faz parte do grupo de países que têm condições de aumentar a velocidade de seus processos de ajuste fiscal. "Dada a força da recuperação, o Brasil deve acelerar o ritmo de consolidação e antecipar o esforço fiscal", destacou o Fundo. Em seguida, menciona a Argentina, país onde "as metas de déficit primário estabelecidas pelas autoridades para 2018 a 2020 colocam a política fiscal no caminho certo".

Na visão do FMI, os países que tiverem um ritmo mais rápido de redução nos déficits diminuirão as necessidades de financiamento e ainda ganharão apoio adicional no controle da inflação.

Durante o seminário na sede do FMI, o presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, destacou o momento positivo de inflação baixa vivido pelo Brasil. Conforme o chefe da autoridade, a inflação segue estimada atualmente em 2,7%. Ilan reforçou que a economia brasileira se recuperou e tem previsão de

crescer 2,3% este ano e 2,5% no próximo, segundo as projeções do próprio Fundo.

De acordo com Ilan, a inflação deve continuar baixa no país nos próximos anos. "Precisamos ir além e manter um período longo" sem inflação elevada. Segundo o presidente do BC, para isso, é importante ter em conta a reorientação da política econômica, buscando o controle do gasto público, como um pré-requisito para os resultados obtidos.

Além disso, Ilan destacou como crucial a melhora na comunicação do BC. "A comunicação funcionou como uma ferramenta eficaz para guiar o mercado". Desde que a nova equipe da autoridade assumiu, a linguagem se tornou mais clara e direta e o papel das chamadas "palavras-chave" foi reduzido. As projeções de inflação são apresentadas nos comunicados e atas das decisões.

Sobre a perspectiva de maiores taxas de juros nos Estados Unidos, Ilan afirmou que as economias emergentes devem trabalhar de forma preventiva para tirar vantagem do quadro externo atual de crescimento e ambiente financeiro favorável.

"O regime de câmbio flutuante é nossa primeira linha de defesa contra choques externos, o que não impede o BC de utilizar as ferramentas à disposição para evitar volatilidade excessiva", disse Ilan.

Ainda de acordo com o presidente, "nosso estoque de reservas internacionais supera os US\$ 380 bilhões, cerca de 20% do PIB, e funciona como um seguro em períodos de turbulência. O BC reduziu o estoque de swaps cambiais, de US\$ 108 bilhões para cerca de US\$ 24 bilhões".

Cadastro positivo não convence aliados

Valor Econômico - 19/04/2018

O governo enfrentou dificuldades, como a defecção de um partido da base aliada e o esvaziamento precoce da sessão, que têm sido rotina este ano, na tentativa de aprovar o projeto de lei que torna automática a adesão ao Cadastro Positivo, que beneficiaria os bons pagadores com redução nas taxas de juros. Com receio de derrota, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), adiou a votação em uma semana.

"O quórum tinha que ser um pouco mais alto. Na semana que vem a gente vai aprovar", disse Maia ao deixar o plenário. O presidente da Câmara negociou pessoalmente com as bancadas o apoio ao projeto e até tentou intermediar um acordo entre o PRB e o presidente Michel Temer. O emedebista prometeu trabalhar para que o Senado não alterasse o texto da Câmara e, caso isso ocorresse, vetar as mudanças.

O líder do PRB, deputado Celso Russomanno (SP), que tem a defesa do consumidor como área de atuação, era contra o texto, mas negociou 18 mudanças em troca do apoio de seu partido à medida. Às vésperas da votação,

contudo, afirmou que votaria contra porque não tinha garantia de que o Senado manteria o acordo feito.

Maia convenceu Temer a manter o texto da Câmara, mas Russomanno deixou o plenário e o PRB continuou a atacar a proposta, defendendo que a adesão deve se manter facultativa, como já é hoje. Do universo de 100 milhões de consumidores imaginados no começo, porém, apenas cinco milhões se inscreveram, sem resultados práticos sobre as taxas de juros.

O projeto inverte essa lógica e determina que os chamados birôs de crédito poderão abrir automaticamente cadastros, que reuniriam informações sobre o histórico de pagamentos e atrasos em financiamentos, contas de água, luz e serviços de telecomunicações, e que seriam usadas para formar uma "nota de crédito" a ser vendida para lojistas e instituições financeiras. Os dados, caso autorizado pelo consumidor, também poderia ser vendidos diretamente.

O consumidor seria apenas notificado por e-mail ou carta, em até 30 dias, sobre a abertura do cadastro e a possibilidade de solicitar o cancelamento se quiser. Não há, no projeto, obrigação de comprovar que o consumidor de fato recebeu a notificação - como, por exemplo, que o e-mail não foi para a caixa de spam.

Enquanto o governo defendia que esse modelo é aplicado em países como os Estados Unidos para reduzir os juros, a oposição rebateu que a redução nos custos para os consumidores também era o argumento para permitir que as empresas aéreas cobrassem pela bagagem, mas que o preço das passagens não caiu.

A sessão acabou após requerimento do governo receber apenas 279 a favor - para aprovar o projeto são necessário 257 favoráveis. O governo achou que o risco de derrota era alto porque o plenário esvaziava - dos 460 deputados que registraram presença ontem, só 400 estavam na Câmara à noite e parte já tinha voo marcado. Outra preocupação são destaques da oposição, com grande apoio na base, para manter como solidária e objetiva a responsabilidade das fontes de informação, birôs e lojistas pelo vazamento de dados, o que preocupa as empresas.

BC espera custos menores em cartões

Valor Econômico - 19/04/2018

O Banco Central (BC) reuniu o setor de cartões de crédito no começo da semana para dizer o que quer em termos de taxas e prazos e espera que os resultados apareçam na virada do ano. Em entrevista ao Valor, o diretor de Política Monetária do BC, Reinaldo Le Grazie, afirma que a agenda é composta por três vetores: a migração para um modelo com prazo de liquidação mais curto para o estabelecimento comercial, hoje ao redor dos 30 dias; taxas de juros mais baixas para o consumidor; e a redução na taxa de intercâmbio - paga pelo credenciador ao emissor do cartão.

"Ao invés de regular essa mudança de modelo de negócio, que é complicado pois o modelo existe há 30 anos, o que estamos fazendo é deixando claro para o mercado que precisamos da evolução desses três tópicos", diz. "É nesse sentido que estamos caminhando no cartão de crédito."

Essa forma de atuação, de dar um norte para o mercado no lugar de usar o poder da "caneta" do regulador, já tinha sido evidenciada pelo presidente do BC, Ilan Goldfajn, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) quando disse que o tradicional parcelado sem juro no cartão não iria acabar. "A ideia toda é a mercado, não vamos forçar nada, se alguém quiser oferecer outro produto, pode oferecer", disse Ilan.

De acordo com Le Grazie, o mercado vai trabalhar para oferecer produtos com essas características delineadas pelo BC. E que não é preciso excluir nenhum outro modelo de negócio já existente. "As reuniões no começo da semana foram para isso. Deixar claro que o BC quer ver o mercado caminhar para esse modelo", diz o diretor.

Para Le Grazie, o mercado tem de andar mais ou menos junto na modernização dos modelos de negócios, desenvolvendo tecnologia em conjunto. "Fica mais barato do que iniciativas isoladas. A infraestrutura tem de ser compartilhada", afirma.

Segundo o diretor, o mercado de cartões no Brasil é bastante desenvolvido e funciona bem. "Nós queremos que a indústria continue crescendo. Mas que o cartão de débito seja mais um instrumento de pagamento e o cartão de crédito seja mais instrumento de crédito."

No mercado de débito, o objetivo é popularizar ainda mais e aumentar a participação, substituindo o dinheiro. O BC vai fazer campanhas publicitárias chamando atenção para isso.

Ainda na modalidade débito, o diretor afirma que o BC vai incentivar novas tecnologias, como pagamento sem senha para valores baixos, pagamento via smartphone e pagamento sem contato ou por aproximação.

O BC já limitou a taxa de intercâmbio no cartão de débito, medida que terá validade em outubro. Esta, sim, tomada via "caneta", pois a estrutura vigente não levaria à redução espontânea desse componente do custo.

Segundo Le Grazie, a expectativa é que a redução de custo seja repassada para o estabelecimento comercial que passaria, também, a sugerir mais o uso desse meio de pagamento ao consumidor.

"Tanto no débito quanto no crédito é fundamental que os modelos sejam transparentes para o consumidor. Ele tem de ter noção do preço à vista e a prazo. Esse é o mote no BC, que os estabelecimentos deem transparência para os preços e deixem claro as alternativas aos consumidores. Isso é fundamental", explica.

A agenda toda, tanto no débito quanto no crédito, busca a redução dos subsídios cruzados que existem dentro do sistema, que envolve bancos, bandeiras, credenciadores e subcredenciadores e, assim, reduzir também o custo para na ponta do consumo. A expectativa do BC é que a diminuição desses subsídios cruzados promova a entrada de novas empresas no mercado, que ainda é bastante verticalizado, com os grandes bancos operando em todas as etapas. Ações nesse sentido já foram tomadas, como a quebra de exclusividades e a adoção da liquidação centralizada.

Depois das recentes mudanças no mercado de cartão de débito e do estímulo à autorregulação para o cheque especial, Le Grazie afirma que o BC não tem nenhuma outra medida do tipo em estudo. Mas o diretor chama atenção para um novo participante de mercado que, na sua avaliação, pode deixar o crédito mais seguro e barato.

São as chamadas registradoras de recebíveis, que vão fazer o registro de duplicatas e outros tipos de recebíveis, como de cartão de crédito, deixando operações mais seguras. "Se não vão revolucionar, vão trazer muita eficiência ao mercado", diz, lembrando que o BC já avalia pedidos de atuação de empresas desse tipo.

O registro do recebível em ambiente único garante que não haja risco de dupla utilização, além de permitir ao comerciante, por exemplo, fazer uma oferta das contas que tem a receber em ambiente público, conseguindo melhores taxas de antecipação.

Não só no caso dos cartões, mas também dos pagamentos instantâneos, das registradoras de recebíveis e das empresas de tecnologia financeira, Le Grazie diz que o papel do BC é prover um arcabouço regulatório mais aberto e competitivo possível para que todos possam participar.

"O mercado está aberto para quem tiver competência e capacidade. Regulação para fintechs é light, ou mesmo sem regulação, até que o mercado onde estão atuando ganhe corpo. Estamos deixando arcabouço aberto, sem assimetria regulatória, onde a inovação possa aparecer", resume.

Sobre os depósitos compulsórios, parcela de recursos que os bancos têm de deixar no BC, Le Grazie diz que a agenda do BC é de simplificação das regras, buscando redução de custos. Menores custos, conseqüentemente, resultam em redução do spread e dos juros bancários.

No ponto de vista do volume de compulsórios, a intenção é caminhar rumo aos percentuais internacionais. Mas, segundo o diretor, esse é um processo de longo prazo.

De acordo com Le Grazie, apesar de se falar muito sobre o tema, o estímulo que a redução do compulsório dá ao crédito é muito baixo. "Os bancos são líquidos. Não é uma questão de liberar mais recursos que vai fazer o crédito andar mais", explica.

Desemprego eleva 'negócio próprio' na pequena indústria

Valor Econômico - 19/04/2018

A recessão aumentou o número de pessoas que abriram o seu próprio negócio após perder o emprego, o chamado "empreendedorismo por necessidade", também na micro e pequena indústria. Segundo o Perfil do Empreendedor - que integra a 61ª rodada do Indicador de Atividade da Micro e Pequena Indústria de São Paulo - 45% dos empresários deste ramo no Estado estavam desempregados quando iniciaram suas atividades. Em 2014, esse percentual era de 35%, de acordo com a pesquisa encomendada ao Datafolha pelo Simpi-SP, o sindicato que representa essas companhias.

Na contramão, a fatia daqueles que saíram da ocupação anterior para abrir uma micro e pequena indústria diminuiu de 62% para 51% em quatro anos. A maioria dos micro e pequenos industriais paulistas ainda avalia que sua situação financeira melhorou após ter se tornado empreendedor, mas essa proporção também recuou entre 2014 e 2018, de 68% para 58%. Já aqueles para quem a situação financeira está pior do que antes avançou em igual comparação, de 14% para 26%.

Para tentar compensar a piora, os donos das empresas estão trabalhando mais do que no período anterior à crise. Ao todo, 55% trabalham nove horas ou mais por dia, sete pontos percentuais a mais do que em 2014. Outros 49% trabalham seis ou sete dias por semana atualmente, mesma proporção registrada na edição anterior da enquete.

Em 2014, 69% dos pesquisados afirmaram que a vida havia melhorado após a abertura de suas empresas, parcela que recuou para 54% este ano. Na visão de Couri, as dificuldades impostas pela crise, que reduziu a demanda por bens industriais e o acesso do empresariado ao crédito, explicam a percepção mais comedida sobre o impacto dos negócios na vida pessoal.

Na próxima rodada do indicador, o Simpi-SP vai divulgar um perfil mais detalhado do micro e pequeno empresário industrial de São Paulo, observa o presidente da entidade. Por ora, é possível afirmar que empreender foi uma tentativa de sobrevivência para muitas pessoas que perderam o emprego durante a crise.

Os dados de curto prazo que compõem o Indicador de Atividade regularmente mostraram situação um pouco mais favorável das empresas. A percepção dos industriais ouvidos sobre faturamento, margem de lucro e nível de atividade melhorou na passagem mensal, o que se refletiu em alta do Índice de Satisfação das indústrias pesquisadas, de 91 pontos em fevereiro para 102 pontos em março.

A maior expansão ocorreu no índice de faturamento, que subiu 15 pontos na passagem mensal, para 96 pontos. O indicador que mede a satisfação do

empresariado com a margem de lucro passou de 80 para 92 pontos em igual comparação, enquanto a avaliação sobre a situação da empresa aumentou para 102 pontos no mês passado, ante 91 pontos na medição anterior.

Para Couri, os dados de março apontam um quadro de recuperação das empresas, mas a custo de demissões e cortes de despesas. O índice referente ao nível de emprego ficou praticamente estável ante fevereiro, ao recuar um ponto, para 96 pontos. No entanto, a parcela de indústrias que relatou ter dispensado funcionários no mês anterior à pesquisa avançou de 13% para 17%.

"O aquecimento econômico não está vindo e por isso as empresas precisam se adequar", diz. Na avaliação do presidente do Simpi, o principal problema enfrentado pelos micro e pequenos industriais no momento ainda é a falta de demanda, seguida do acesso ao crédito, ainda restrito.

Em março, 11% dos empresários consultados tentaram contratar empréstimos e/ou financiamentos. Desses, 59% não conseguiram. Para 43% do total de empresas, a maior dificuldade na obtenção de crédito ainda reside na taxa de juros. Como reflexo dessa restrição, 52% das micro e pequenas indústrias paulistas avaliam o nível de capital de giro atual como insuficiente.

Dívida brasileira atingirá 96,3% do PIB em 2023, projeta FMI

O Globo - 19/04/2018

A condição fiscal do Brasil vai continuar se deteriorando, e a dívida do país atingirá o equivalente a 96,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023. Essa projeção faz parte do relatório Monitor Fiscal: Capitalizando em Bons Tempos, divulgado ontem pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Já o presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, que está na capital americana para a reunião anual de FMI e Banco Mundial, afirmou que a autoridade monetária trabalha para equilibrar os estímulos à economia a curto prazo e, ao mesmo tempo, manter a inflação em um patamar baixo por um período mais longo. Ilan disse ainda que uma recuperação gradual da economia é "muito melhor" que uma recessão profunda.

— Olhamos as expectativas de inflação. Se estão abaixo da meta, podemos estimular a economia —afirmou Ilan, que participou de um debate sobre sistemas de metas de inflação. — Usamos o regime de metas de inflação para ajudar a economia. Uma recuperação gradual é muito melhor que uma forte recessão.

No ano passado, a inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA, ficou em 2,95%, abaixo da meta de inflação — 4,5%, com margem de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

O FMI estima que a relação entre dívida bruta e PIB no Brasil passará dos 84% registrados no ano passado para 96,3% em 2023, devendo se estabilizar nesse

patamar elevado nos anos seguintes. Para este ano, a projeção é que alcance 87% do PIB.

— Esse é um nível muito alto no contexto das economias emergentes. Além disso, se olharmos as transformações nessa relação ao redor do mundo e nas economias emergentes, vemos novamente que o Brasil fica de fora — afirmou Vitor Gaspar, diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI. — Adotar um plano de médio prazo para reduzir esse indicador e colocá-lo sob controle é crucial.

Superávits, só em 2022

A relação entre dívida e PIB dos países emergentes está em 49% e pode chegar, na projeção do FMI, a 56,7% do PIB em 2023. Na América Latina, esse indicador é um pouco mais alto, mas bem abaixo do registrado pela economia brasileira. Terminou o ano passado em 61,8% e pode atingir 68,4% do PIB em 2023.

O Fundo ressalta que o o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas, ajuda no ajuste fiscal, mas que não é suficiente. “A regra fiscal (...) irá implicar a redução do gasto primário em cerca de 0,5 ponto percentual do PIB por ano, começando em 2019. No entanto, a aprovação da reforma da Previdência, que poderia gerar uma economia, foi adiada. A dívida, espera-se, deve se estabilizar um pouco abaixo de 100% do PIB em meados do anos de 2020”, avaliou o FMI no relatório.

O organismo projeta ainda que somente em 2022 o país voltará a ser superavitário, ou seja, as receitas superarão as despesas. Ainda assim, em um patamar baixo, de apenas 0,1% do PIB. A última vez que o Brasil teve superávit primário foi em 2013, de 1,3% do PIB. No ano passado, o déficit primário foi de 1,7% e deverá chegar a 2,3% em 2019.

Já o déficit nominal, que inclui os gastos com juros, deve começar a melhorar em 2020. No ano passado, o indicador ficou em 7,8% do PIB. Nas contas do FMI, vai atingir 8,3% neste ano e se manter nesse patamar em 2019. Em 2013, ficaria em 6,6% do PIB.

O FMI alertou ainda que a dívida global está em um nível recorde. O total das dívidas públicas e privada equivale a US\$ 164 trilhões, ou 225% do PIB global, o maior patamar já registrado e 12 pontos percentuais acima do observado antes da crise financeira de 2008.

Nos Estados Unidos, a maior economia do mundo, a dívida pública deve passar dos atuais 108% do PIB para 116,7% em 2023. Com isso, ultrapassará a Itália, cujo endividamento deve ficar em 116,6% do PIB. A maior relação dívida/PIB é a do Japão: a previsão para 2023 é de 229%.

Um dos motivos para a piora no endividamento americano, segundo Gaspar, é o pacote de estímulo fiscal.

Planos econômicos: sistema só no fim de maio

O Globo - 19/04/2018

Os bancos devem lançar apenas no fim de maio a plataforma digital que vai receber inscrições de pessoas que têm direito a indenização porque perderam dinheiro aplicado na poupança durante os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990. O lançamento do serviço, previsto inicialmente para o início do mês que vem, foi adiado devido a problemas técnicos.

Estima-se que serão pagos R\$ 12 bilhões em indenizações a pessoas físicas. O pagamento aos poupadores foi acertado em acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) entre representantes dos bancos e dos investidores, em 1º de março deste ano. O caso já se arrastava por décadas e atinge poupadores que aplicaram recursos na caderneta de poupança durante os planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991) e tiveram o dinheiro corrigido por índices abaixo da inflação.

O cronograma de implementação da plataforma digital foi discutido na terça-feira, durante uma reunião em Brasília entre a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Frente Brasileira pelos Poupadores (Febrapo), o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a Advocacia-Geral da União (AGU). O governo federal estuda fazer um evento para lançar a plataforma digital, numa tentativa de criar uma agenda positiva para o presidente Michel Temer.

Cerca de 2,5 milhões de poupadores têm direito à indenização, de acordo com a Febrapo. Deste total, cerca de 60% receberão até R\$ 5 mil. Neste caso, o valor deverá ser pago em parcela única.

FMI faz alerta sobre dívida

Correio Braziliense - 19/04/2018

O relatório semestral Monitor Fiscal, divulgado ontem pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), acendeu a luz vermelha para o desequilíbrio das contas públicas do governo brasileiro. O organismo multilateral fez um alerta de que a dívida pública bruta vai se estabilizar em 100% do Produto Interno Bruto (PIB) na metade da próxima década caso a reforma da Previdência não seja feita.

De acordo com estudo do Fundo, a aprovação da regra do teto dos gastos em 2016 estabeleceu um limite para o crescimento real das despesas primárias do governo federal, o que implicará uma redução de gastos primários de 0,5% do PIB, por ano, a partir de 2019. “No entanto, a aprovação da reforma do sistema de pensão, que poderia gerar uma economia de 9,5% do PIB na próxima década, foi adiada. Espera-se que a dívida se estabilize em pouco menos de 100% do PIB em meados de 2020”, alertou o relatório, que estima uma média da dívida bruta dos países emergentes de 49% do PIB.

“Esse quadro fiscal para o Brasil é otimista, porque não está levando em conta as oscilações do mercado se a reforma da Previdência não avançar realmente”, avaliou a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson

Institute for International Economics, de Washington. Ela lembrou que as previsões do Fundo são mais conservadoras do que as do mercado, que ainda estão com excesso de otimismo.

Pelas estimativas do FMI, a dívida pública bruta do Brasil, neste ano, chegará a 87,3% do PIB e a 90,2% do PIB, em 2019. Em 2023, alcançará 96,3% do PIB. Fernando Gonçalves, superintendente de pesquisa econômica do Itaú Unibanco, reconheceu que, sem a reforma da Previdência, não há como resolver os problemas fiscais do Brasil. “As despesas do governo, de modo geral, estão engessadas com gasto de pessoal e benefícios previdenciários, em um nível elevadíssimo, próximo a 90%. Isso realmente sugere uma dificuldade grande de fazer ajustes, e essa reforma é uma tentativa de reversão, mas o fato é que está muito difícil que isso ocorra com o atual governo, porque ele está muito mais enfraquecido agora”, pontuou.

Brasil distante da OCDE

Correio Braziliense - 19/04/2018

O Brasil enfrenta resistência dos Estados Unidos para se tornar membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esse obstáculo não é oficial, mas é percebido por autoridades brasileiras em conversa com representantes do governo republicano de Donald Trump. O posicionamento desfavorável à candidatura do Brasil tem dois motivos: restrição orçamentária, que impede a análise de pedidos de adesão, e preferência por países que fizeram pedido antes, como a Argentina.

O subchefe de análises e acompanhamento de políticas governamentais da Casa Civil, Marcelo Guarany, que recentemente esteve nos Estados Unidos para tratar do tema com Landon Loomis, assessor especial para o Hemisfério Ocidental e Economia Global do vice-presidente Mike Pence, admitiu que voltou “sem grandes respostas”. “Eles demonstraram muita incerteza com relação às eleições do país e não expressaram uma opinião favorável ou um posicionamento oficial da Casa Branca.”

O Palácio do Planalto tem pressa em iniciar o processo de adesão à OCDE ainda este ano. A medida seria uma vitrine para o governo Temer. Sinal de que o país estaria melhorando o ambiente de negócios internacionais, pois a entidade é bastante exigente em transparência, combate à corrupção e controle das contas públicas.

Após oficializar a entrega do pedido de adesão ao grupo das 35 nações mais ricas do planeta em 1º de junho de 2017, o governo aguarda uma resposta positiva da entidade para que seja dada a largada para o processo de fiscalização do enquadramento do país aos 237 instrumentos exigidos pela OCDE. Além do Brasil, outros cinco países — Argentina, Peru, Bulgária, Croácia e Romênia — enviaram pedidos de adesão à entidade sediada em Paris e aguardam resposta. Nessa lista, a Argentina está na frente, porque entregou a carta primeiro. O Brasil foi o último a fazer o pedido.

Segundo Guarany, os EUA são contrários a um aumento grande no número de países-membros da ODCE. Um dos motivos para isso é que o Orçamento norte-americano é bastante rigoroso e não há liberação fácil de recursos para despesas sem justificativa plausível. “Eles não demonstraram vontade em aumentar a liberação de recursos para a OCDE. Mas a entidade precisa de mais pessoal, porque não está conseguindo responder às demandas. E isso tende a piorar se os processos dos seis países forem analisados ao mesmo tempo”, admitiu.

Ele lembrou, entretanto, que o Brasil está mais adiantado que os demais. “Estamos preparados para fazer um processo de adesão rápido. Já estamos enquadrados em 36 instrumentos e, neste ano, pedimos adequação para mais 76, totalizando 112. E, para acelerar o processo, estamos nos preparando para avançar em mais 90.”

De acordo com a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics (PIIE), de Washington, a sinalização do governo norte-americano tem sido bem clara com relação ao Brasil na OCDE, pois, antes da Argentina, será preciso ainda concluir o processo de adesão da Colômbia, que está em curso. “A Casa Branca não vai apoiar a adesão do Brasil agora. Será preciso que o cenário político fique mais definido, ou seja, depois das eleições”, avisou. Para ela, as contas públicas totalmente desequilibradas e as notícias incessantes de corrupção na esfera governamental são dois fatores que contribuem fortemente para essa decisão de adiamento do apoio.

MPEs paulistas completam 12 meses de alta no faturamento

DCI - 19/04/2018

As micro e pequenas empresas (MPEs) paulistas completaram, em fevereiro, 12 meses de elevações consecutivas no faturamento real. No mês, o aumento foi de 10,5% ante fevereiro de 2017, segundo a pesquisa Indicadores, do Sebrae-SP. A receita total das MPEs do Estado no período foi de R\$ 58,1 bilhões.

“Já temos um ano de aumento na receita dos pequenos negócios, o que, claramente, indica que há uma retomada em curso. Para o futuro próximo, a expectativa é de continuidade da recuperação. Tem contribuído para esse cenário a queda da inflação, que aumenta o poder de compra da população, beneficiando as vendas dessas empresas”, afirma o presidente do Sebrae-SP, Paulo Skaf. Ele completa: “os resultados são positivos, mas ainda temos que continuar alertas e trabalhar para que nada atrapalhe a retomada dos trilhos da economia.”

O comércio foi o setor com o melhor desempenho, ao apresentar crescimento de 25,9% no faturamento na mesma comparação. O setor se beneficiou mais rapidamente com a melhora do poder aquisitivo da população, pois vende diretamente para o consumidor no mercado interno. O índice expressivo do

comércio também foi favorecido pelo fato de, em fevereiro de 2017, o setor ter registrado o menor índice de faturamento para um mês de fevereiro desde 2009.

Já a indústria e os serviços foram na contramão, com queda de 0,9% e 1,6% no faturamento, respectivamente.

Recorte regional

Na análise por regiões, apenas o faturamento das MPEs do interior do Estado destoou, com redução de 1,7% em fevereiro ante o mesmo mês de 2017. Porém, esse fato teve a contribuição da base de comparação mais forte, já que os resultados do ano passado na região foram acima da média estadual.

Por sua vez, a região metropolitana de São Paulo (+22,3%), a capital (+20,6%) e o Grande ABC (+18%) no confronto com igual mês do ano passado.

A pesquisa do Sebrae-SP mostrou que, em fevereiro, o rendimento dos empregados dos pequenos negócios aumentou 2,2% ante um ano antes. Houve também crescimento de 6% no pessoal ocupado nas MPEs e de 10,5% na folha de salários no mesmo período de comparação.

Crise eleva produção para consumo próprio e distribuição dos afazeres

DCI - 19/04/2018

A crise econômica brasileira teve impacto nas outras formas de trabalho do brasileiro, tais como afazeres domésticos e produção para consumo próprio, os quais aumentaram entre 2016 e o ano passado.

Dados divulgados ontem (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que nesse período, o percentual de pessoas que realizavam afazeres domésticos e cuidados de pessoas (como cuidar dos filhos) cresceu de 82,7% para 86%, chegando a 145 milhões de pessoas em todo o País.

Da mesma forma, em relação a produção para o próprio consumo – que vai desde o cultivo até construção de um prédio –, a taxa de realização aumentou de 6,3% para 7,4% entre 2016 e 2017, com 12,4 milhões de pessoas nesta situação.

Conforme especialistas, esses aumentos foram resultado de uma nova conjuntura brasileira, gerada pela grave recessão econômica que o Brasil enfrentou por cerca de dois anos e meio.

A analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento (Coren) do IBGE, Alessandra Brito, explica que houve queda de rendimento neste período, fazendo com que, mesmo que a pessoa esteja ocupada, tenha que atuar mais nessas outras formas de trabalho. Esta situação, inclusive, influenciou para a taxa de afazeres domésticos crescesse entre os homens de 2016 para 2017 (de 71,9% para 76,4%).

“Com a queda de rendimento doméstico, não teria como pagar uma diarista, por exemplo. Desta forma, os afazeres domésticos precisam ser melhor distribuídos”, aponta.

Porém, ela comenta que a maior parte das atribuições domésticas, assim como os cuidados de pessoas, é feita pelas mulheres, que dedicavam quase o dobro do tempo a essas atividades do que os homens – com uma média de horas semanais de 20,9 horas, enquanto para os homens a média ficou em 10,8 horas.

De fato, em um ano, a realização de cuidados de pessoas se destacou, ao passar de 26,9% para 31,5%, aumento de 8,3 milhões de pessoas. Para as mulheres, a taxa era de 37% e, de 25,6% entre os homens

“Este cenário faz com que diminua a participação das mulheres no mercado de trabalho”, avalia Alessandra.

O professor de macroeconomia do Ibmec/SP, André Diz, comenta que esses resultados são reflexo da necessidade de reequilíbrio do orçamento das famílias. “Para evitar elevar os gastos dentro de um futuro incerto, a renda precisa ser preservada. O que pode ser feito para tanto será realizado.”

Contudo, o estudo mostra que no caso da produção para o próprio consumo, quanto maior o nível de instrução, menor a taxa de realização de produção para o próprio consumo, indo de 12,9% entre as pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto a 2,7% entre as tinham o ensino superior completo.

Sobre 2018, Alessandra afirma que como os resultados da pesquisa de 2017 têm relação com a conjuntura, não é possível prever como será o comportamento das outras formas de trabalho neste ano. Já o professor do Ibmec diz que os dados recentes do mercado de trabalho e uma recuperação ainda lenta da atividade econômica permitem avaliar que não haverá muitas mudanças com relação a 2017.

Monitor do PIB aponta alta de 0,6% **DCI - 19/04/2018**

O Monitor do PIB-FGV aponta crescimento da economia: todos os indicadores (mensal, trimestral, acumulado de 12 meses) são positivos em fevereiro, quando a comparação é feita em relação ao ano passado, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na série ajustada sazonalmente, no trimestre móvel finalizado em fevereiro, a variação foi positiva em 0,6%, em comparação ao três meses findo em novembro de 2017. Entretanto, na comparação mensal, realizada na série com ajuste sazonal, o Monitor do PIB-FGV sinaliza que o PIB retraiu 0,3% em fevereiro, quando comparado ao mês de janeiro.

“A economia continua apresentando crescimento em fevereiro. Mais uma vez todos os indicadores apresentaram taxas superiores às observadas em 2017. Quando a comparação é feita na série mensal dessazonalizada, a economia apresenta retração de 0,3%, na relação de fevereiro com janeiro. Apesar disso, as taxas de crescimento de fevereiro são menores do que as divulgadas no mês anterior, o que pode significar perda de fôlego da recuperação cíclica”, afirma Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB-FGV.

Na comparação interanual, o PIB do trimestre foi positivo em 1,7%, embora tenha desacelerado com relação a taxa trimestral com fim em janeiro. Os destaques positivos são o crescimento das atividades de transformação (5,4%) e comércio (4,7%). Em contrapartida, a atividade agropecuária retraiu 1,7% após treze meses consecutivos de crescimento.

Outros componentes

O consumo das famílias apresentou crescimento de 2,5% na comparação interanual. Apesar de todos os componentes do consumo das famílias terem apresentado taxas positivas, houve desaceleração do aumento em comparação com o trimestre finalizado no mês de janeiro.

A exportação apresentou expansão de 5,5% no trimestre, na comparação interanual. A saída de produtos agropecuários continua sendo destaque, com crescimento de 39,1%. Já a importação cresceu 2,8%, com destaque para o desempenho de produtos agropecuários, que recuou 16,4%.

Em termos monetários, o PIB alcançou a cifra aproximada de 1 trilhão, 88 bilhões, 593 milhões de reais no acumulado do ano até fevereiro.

Governo estuda decreto para intermitente **O Globo - 19/04/2018**

Faltando apenas cinco dias para que a medida provisória (MP 808) que faz ajustes na reforma trabalhista perca a validade, o governo ainda não encontrou uma solução para o vácuo deixado pela falta de regulamentação. As maiores preocupações são com a perda da arrecadação de impostos (IR) e contribuições (FGTS e Previdência Social), com os trabalhadores intermitentes e com a incerteza sobre se as novas regras valerão para os contratos antigos. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou ao Executivo que a MP precisava ter sido votada na Casa até o último dia 16 para que fosse aprovada pelo Senado em tempo hábil. Mas, como isso não aconteceu, a proposta deverá mesmo perder a validade na próxima segunda-feira.

Avaliações jurídica e política

O assunto foi tratado ontem em uma reunião na Casa Civil. Uma das alternativas em análise é a edição de um decreto presidencial para regulamentar, pelos menos, alguns itens que não precisam de lei, como os contratos intermitentes. A intenção inicial do governo era deixar a 808 caducar e aproveitar alguma MP com teor semelhante em tramitação no Congresso para resgatar itens da proposta. Outra opção ainda era editar, já na terça-feira, nova MP com objeto totalmente distinto da primeira e incluir no texto alguns pontos da reforma trabalhista que precisam ser ajustados. Segundo fontes a par do assunto, ainda não há uma solução fechada. Tudo depende de avaliações tanto jurídica quanto política sobre a viabilidade dessas duas alternativas.

Na avaliação de parlamentares, faltou empenho por parte do governo em mobilizar a base de apoio para aprovar a MP no Congresso. Um dos motivos, segundo técnicos do Executivo envolvidos na discussão, foi a quantidade de emendas ao texto (cerca de mil). Havia risco, por exemplo, da volta do imposto sindical. Assim, chegou-se à conclusão de que era melhor deixar a MP perder a validade. Ela foi editada em novembro, mas a comissão especial para tratar da matéria foi instalada com atraso de quatro meses, só no início de março. O presidente da comissão, senador Gladson Cameli (PPAC), eleito para dirigir os trabalhos, renunciou logo depois, e nem o relator chegou a ser designado.

Segundo o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator da reforma trabalhista e candidato a exercer a mesma tarefa em relação à MP, o ideal é deixá-la caducar e dar um prazo de até um ano e meio para que se avaliem os efeitos das mudanças na CLT e quais pontos precisam ser aperfeiçoados. A MP 808 não teve apoio da maioria dos deputados da base. Ela foi um compromisso assumido pelo presidente Michel Temer com os aliados no Senado para facilitar a aprovação da reforma.

— Sempre defendi que é preciso dar um tempo, deixar a reforma entrar em vigor na sua plenitude e só depois fazer os ajustes necessários. Há necessidade de maturação do processo diante das profundas mudanças em uma lei com 70 anos — destacou Marinho.

Perda de arrecadação

Segundo ele, o que está gerando incertezas é a MP. Os empregadores estão segurando as contratações de trabalhadores intermitentes, por exemplo. O texto veda a substituição de contratos regulares por intermitentes por um prazo de 18 meses. Além disso, ele acaba com a multa de 50% sobre a remuneração a ser cobrada dos trabalhadores em caso de descumprimento do contrato.

Para o relator, a reforma está sendo “um sucesso” e prova disso foi a redução das ações trabalhistas, bem como a “qualidade” dos processos, com redução na relação de itens questionados.

— Os trabalhadores só estão pedindo o que têm direito de fato — afirmou Marinho.

Sem uma alternativa à MP 808, técnicos da Receita Federal e do Ministério do Trabalho temem perda na arrecadação. A reforma retirou da base de cálculo de impostos e contribuições as gratificações pagas a gerentes, chefes de departamento e coordenadores. Também deixou de fora pagamentos de ajuda de custo a trabalhadores em caso de viagens, por exemplo. Isso havia sido reinstituído na MP que vai caducar. A queda nas receitas deverá ocorrer já a partir da folha de pagamento de maio, disse uma fonte da área econômica.

Um dos artigos da MP também deixava claro que a reforma se aplica na sua integralidade a todos os contratos de trabalho vigentes. Ou seja, novos e antigos. Essa questão será analisada pelo Superior Tribunal do Trabalho (TST), mas ainda não há prazo para que a matéria seja levada ao plenário. Enquanto isso, ficará nas mãos dos juízes a decisão sobre a abrangência nas novas normas. Também foram apresentadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) várias Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) contra a reforma, sobretudo quanto ao fim do imposto sindical obrigatório.

Por que o Brasil ficou para trás **O Estado de S. Paulo - 19/04/2018**

Roberto Macedo

No último dia 3 fui a um seminário sobre esse tema, na Fundação FHC. O Brasil é o da sua economia. As apresentações iniciais foram dos economistas Samuel Pessoa e Edmar Bacha.

Pessoa recorreu ao livro de Marcos Mendes Por que o Brasil Cresce Pouco (Elsevier, 2014). Depois desse ano, as fortes quedas do produto interno bruto (PIB) em 2015 e 2016 agravaram o status da economia. E há muito tempo ela vai mal. Com dados cobrindo o período 1901-2016, já mostrei aqui que, nas oito décadas entre 1900 e 1979, a taxa média anual de crescimento do PIB nas quatro primeiras foi de 4,6% e a das quatro seguintes, de 6,8%. O Brasil era então uma das economias que mais cresciam no mundo. Desde 1980 a tendência se inverteu radicalmente. As taxas médias anuais de cada década foram: 1980, 3%; 1990, 1,6%; 2000, 3,4%; e 2010, 1,4% – claramente distantes das anteriores e das necessidades do País.

Desde 2015 só se fala aqui da recessão que levou o PIB a um buraco do qual só começou a sair em 2017, mas ainda sem voltar à superfície. E há essa estagnação pós-1980 e de longo prazo, com a qual o Brasil parece acomodado. Em economês, estagnação é quando o PIB de um país não cresce à altura de seu potencial. O Brasil está nessa situação e todo atrapalhado. Daí a importância de um seminário como o citado. Como disse Euclides da Cunha, “não é o tempo que nos falta – é a serenidade para pensar noutra coisa além do alarmante assunto de nossos dias”.

Como causas mais imediatas ou evidentes da estagnação, Pessoa apontou estas: alto e sempre crescente gasto público; elevada carga tributária; baixa poupança agregada; legislação trabalhista complexa e de alto custo; regulação econômica deficiente, com agências reguladoras frágeis; infraestrutura ruim; economia fechada ao comércio internacional; Judiciário caro, lento e imprevisível; baixo nível educacional; e empresas muito pequenas, informais e ineficientes.

Como causa mais profunda, um desarranjo social, político, econômico e institucional marcado pela profunda desigualdade que caracteriza a sociedade, com diferentes dotações de capital humano, renda e riqueza, e com muitos grupos que pressionam o governo por políticas inconsistentes com um crescimento econômico mais forte e sustentável. Para se sustentar politicamente o governo expande gastos, subsídios, regulações econômicas e outras iniciativas de um “modelo de redistribuição para todos”. Com esse desmesurado atendimento, o crescimento econômico fica prejudicado.

Na última terça-feira este jornal trouxe notícia que bem ilustra o desatino. Reportagem sobre a ideia de privatizar a Eletrobrás listou 14 estatais do setor elétrico, 13 delas com presidentes indicados por parlamentares federais, o que vem dificultando a aprovação da ideia pelo Congresso. No texto, Adriano Pires, especialista nesse setor, afirmou que, no fundo, essas empresas já estão há muito tempo privatizadas por políticos e sindicatos.

Edmar Bacha, com dados do período 1950-2014, concluiu que o “colapso da acumulação de capital se associa à queda da relação produto-capital e ao aumento do preço relativo do investimento. A poupança não variou”. E que o aumento desse preço se relaciona com as elevadas taxas de juros do País e sua insistência em substituir importações mais baratas pela produção local mais cara, também com reflexo negativo sobre a produtividade do capital.

Pregou maior abertura da economia e citou estudo do Banco Mundial voltado para 12 países que mostraram crescimento rápido e sustentado. Eles seguiram uma combinação de plena exploração da economia mundial, estabilidade macroeconômica, altas taxas de poupança e investimento e alocação de recursos pelos mercados. E tiveram governos críveis, capazes e comprometidos com esse caminho.

De minha parte, venho enfatizando a visão de que Brasil poupa muito pouco e também investe muito pouco na expansão da sua capacidade produtiva. Nesse contexto, o grande desajuste está no tamanho e na ineficiência do Estado, que ampliou fortemente a carga tributária e, mais recentemente, também o seu endividamento. Com isso retira mais recursos das famílias e das empresas – que dos seus ganhos investem proporcionalmente muito mais que ele – e, assim, reduz os investimentos como um todo.

A propósito, ontem o jornal Valor mostrou claramente esse desastroso impasse, que se agravou desde 2014, conforme dados desde 2000, apresentados pelo economista Carlos Rocca, da Fipe. Olhando os números de 2017, a poupança das famílias e empresas foi de 21,8% do PIB, mas o setor

público, com seus altos déficits e maior endividamento a juros altos, mostrou poupança ou poupança negativa de -7% do PIB, além de investir muito pouco. Com isso a poupança total caiu para 14,8% do PIB. Note-se que em 2012 a poupança do setor público foi positiva e alcançou 0,6% do PIB. A manchete da matéria, sobre 2017, também causa perplexidade: 72% do dinheiro captado pelos bancos financia o setor público. Quanto a investimentos públicos, incluídos os de estatais, estudo de Rodrigo Orair, do Ipea (n.º 2.215, 2016), mostrou que alcançaram cerca de 8,5% do PIB em torno de 1977 e caíram para perto de 3,5% em 2015. Creio que caíram mais desde então.

As visões acima se complementam ao mostrar aspectos de um imenso imbróglio social, político, econômico e institucional. Quem se dispõe a resolvê-lo e com quais propostas?

Até aqui o noticiário sobre a próxima eleição presidencial focou em candidatos já escalados e outros que buscam escalação. E é também tomado por pesquisas eleitorais que incluem até um candidato já expulso de campo. Quando é que a atenção se voltará para os protagonistas de fato e os currículos que têm para enfrentar todos esses desafios? E quais suas propostas para essa empreitada?

Há, sem solução, um imenso imbróglio social, político, econômico e institucional.

Nada de errado com o paciente

O Estado de S. Paulo - 19/04/2018

Zeina Latif

Como interpretar a fraqueza dos indicadores econômicos nos últimos meses, enquanto se esperava uma aceleração por conta do efeito crescente do corte dos juros pelo BC? Será que a recuperação será bem mais lenta do que o esperado ou trata-se de um sinal falso de perda de fôlego? Em outros tempos, flutuações de curto prazo não gerariam maiores comentários. Mas depois de uma crise severa e com eleições pela frente, a lenta recuperação gera incômodo.

A crise dos últimos anos não foi uma crise qualquer, pois afetou duramente as finanças de empresas e consumidores. Não se pode esperar, portanto, uma volta rápida da economia, como foi na crise global de 2008/09, quando os fundamentos domésticos não foram afetados pelo choque externo. Esta última crise foi “made in Brazil” e machucou muito.

Os consumidores ainda sofrem com o medo do desemprego e com o elevado montante de dívidas em atraso em relação à sua renda. Ambos indicadores recuam lentamente e limitam a melhora da confiança. A volta do consumo tende a ser lenta e em etapas. Neste primeiro trimestre, por exemplo, houve um expressivo aumento de licenciamento de automóveis. Nas atuais

condições, é natural que os outros setores fiquem para trás, pois o consumidor tende a ser mais conservador na decisão de adquirir outros bens e serviços.

Do lado das empresas, a situação financeira tem melhorado, mas também aos poucos.

As dívidas em atraso e a inadimplência na PJ estão em queda, mas os patamares são elevados. As concessões de crédito avançam e a qualidade do crédito melhora. Para se ter uma ideia, em 2015-16 o crédito que crescia era o associado a problemas de caixa, como cheque especial e cartão de crédito rotativo. Agora crescem linhas associadas à antecipação de receitas.

Não há muito apetite para investimentos, sendo difícil apontar o que decorre da dificuldade financeira de muitas empresas ou das incertezas eleitorais. Talvez seja mais o primeiro. Exemplo disso é a construção civil, onde empresas capitalizadas já estão investindo.

A oferta de crédito se recupera aos poucos, deixando para trás o descompasso em relação à demanda. Reflexo disso é o recuo dos spreads (diferencial entre taxa de juros final e custo de captação dos bancos). Enquanto isso, aumenta o acesso das empresas ao mercado de capitais.

Já os pedidos de recuperação judicial, após o recuo em 2017, iniciam 2018 sem motivos para celebração. E a redução do estoque de ativos problemáticos nos bancos tem sido lenta.

Este quadro acaba limitando a geração de empregos.

O mercado de trabalho perdeu o fôlego. Após um crescimento importante do emprego sem carteira e do trabalho por conta própria, ocorreu uma natural acomodação que não foi ainda compensada pela geração de empregos com carteira.

Além da dificuldade financeira das empresas, principalmente as pequenas e médias, vale notar que justamente a indústria, que é o setor que menos emprega, lidera a recuperação, até porque sentiu a crise primeiro.

Enfim, alguns fatores podem estar limitando a recuperação da atividade, mas talvez trate-se apenas de oscilações naturais de uma economia que ainda está arrancando e sente as turbulências.

Há ainda dois atenuantes. Primeiro, os estoques estão relativamente baixos na indústria. Estivessem elevados, a conversa seria outra.

O segundo está associado à informalidade. Assim como o emprego informal correu na frente do formal neste início de recuperação, o mesmo pode estar ocorrendo na oferta de bens e, principalmente, serviços. Os indicadores de atividade que não capturam o mercado informal podem estar subestimando a retomada. O segmento de turismo, por exemplo, celebrou o grande movimento no carnaval, sem que isso se refletisse no indicador de serviços no IBGE.

Por ora, não é possível afirmar que há algo de errado com o paciente. O problema é que a doença foi séria e afetou sua capacidade de reação à medicação. Além disso, os instrumentos para medir seus sinais vitais não são muito precisos.

Os consumidores ainda sofrem com o medo do desemprego.

Exterminador de empregos **O Estado de S. Paulo - 19/04/2018**

Celso Ming

Estudo da Conferência da ONU sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês) concluiu em 2016 que dois em cada três empregos existentes na América Latina vão desaparecer sob o impacto da automação.

O estudo examina dados agregados, sem preocupação de separá-los por país ou por setor. Por isso, no Brasil pode ser um pouco diferente, mas não deve fugir demais dessa proporção.

Por automação não se entende apenas a robotização, mas grande número de novas formas de executar um trabalho qualquer. Há um mês, esta mesma Coluna citou o caso das malas que foram dotadas de rodinhas e, com isso, fizeram rodar centenas de milhares de empregos de carregadores, em aeroportos, estações ferroviárias e rodoviárias e sabe-se mais onde.

Mas a maneira mais avassaladora como empregos estão sendo desmontados tem a ver com a revolução produzida pela tecnologia de informação que inclui toda a parafernália digital já conhecida e ainda a ser inventada. Por enquanto, tem a ver com inteligência artificial, blockchain, big data e a profusão de aplicativos que qualquer pessoa está sendo levada a usar, alguns com mais destreza e outros, com menos. Imagine apenas quantos empregos na rede bancária estão sendo dispensados apenas com a disseminação do uso do celular e dos seus aplicativos pelo correntista.

Um jeito desastroso de lidar com isso é sair condenando o tsunami digital. Pretender segurar essa pressão em nome da preservação dos empregos não é apenas inútil é, também, um jeito de negar o dinamismo da história.

Outro jeito é tentar surfar esse vagalhão procurando tirar dele o proveito possível. E uma das maneiras é usar esses recursos digitais para criar novas formas de ocupação. Já não serão empregos convencionais. Têm mais a ver com trabalho independente, “por conta própria”, cujos contornos nem sempre estão claros. Por isso, chega a ser decepcionante que a cada divulgação do Índice de Ocupação da Pnad, até mesmo técnicos do IBGE lamentem que o aumento do emprego aconteça sem registro na carteira de trabalho. São, imaginam, empregos informais.

No mundo inteiro os postos de trabalho não estão migrando apenas da indústria para o setor de serviços. Estão passando por grande revolução. Exigir, ou até mesmo esperar, que, nas circunstâncias, prolifere apenas o trabalho formal é de um irrealismo atroz.

É claro que a disseminação do trabalho autônomo é mais um sério destruidor das finanças dos sistemas de previdência social, se não por outra razão, pelo simples fato de que não há mais o empregador que contribua com sua parte. As sociedades enfrentarão mais essa bomba.

Mas não se pode ignorar a revolução laboral, muito menos a tendência ao desaparecimento de dois terços dos empregos na América Latina. Para lidar com ela, será necessária nova reforma, desta vez do ensino formal e dos sistemas de treinamento, de maneira a capacitar o futuro profissional para as novas necessidades e para reciclar para novas funções o trabalhador de agora que está perdendo seu emprego.

A procura por preenchimento de novas vagas de trabalho volta-se em direção às ocupações de maior qualificação (high skilled jobs). E essa não é apenas tendência de longo prazo. Uma das características das grandes transformações de agora é a de que acontecem com rapidez estonteante.

Por que o Brasil não muda? O Estado de S. Paulo - 19/04/2018

Fernão Lara Mesquita

Antes de mais nada, porque nunca nos propusemos a isso. Nem antes nem depois do início do presente tiroteio condenou-se “o sistema”. Condena-se apenas quem está em posição operá-lo hoje. Disputa-se apenas que “lado” será o próximo a ter a primazia de geri-lo.

O “empréstimo” de Joesley está para os crimes atribuídos a Aécio como o triplex do Guarujá para os de Lula e a sonegação de impostos para os de Al Capone, menos pelo pormenor de que nos Estados Unidos podese passar a vida inteira na cadeia por deixar de pagar o imposto devido ao povo, enquanto aqui o melhor com que se pode sonhar para os culpados por roubar o imposto efetivamente pago pelo povo é que levem alguma canseira passageira, mas preservem-se incólumes, como eternamente “deles”, a espoliada Eletrobrás, dona de Furnas, a Petrobrás, coletivamente estuprada, e a JBS, para onde foi transferida a montanha de ouro surrupiada pelo PT, as nomeações para “empregos” eternos nas encruzilhadas por onde fluem os dinheiros mais grossos da República, os “auxílios” auto-outorgáveis, as aposentadorias 36 por 1 e o resto dos privilégios que ampliam em metástase o favelão nacional e definem a nossa medieval sociedade de castas.

Caça às bruxas? De maneira nenhuma, porque as nossas, provada e comprovadamente, “las hay”. Está tudo certo no pouco que faz quem realmente tem tentado honestamente fazer por dentro do sistema, menos pelo fato de, no

final das contas, a reserva ser privativa de 6 entre 11 “egrégios”, “excelentes”, “magníficos” caçadores que mantêm a proibição do tiro ao Judiciário por tudo menos porque não exista caça grossa por lá, e mais o bloqueio de qualquer reforma que atinja mais que indivíduos selecionados para aplacar a fome ancestral de punibilidade do povo brasileiro. Sendo tão poucos os caçadores licenciados é impossível que esse poder não se transforme em corrupção, se não a boa e velha pelo dinheiro, certamente a corrupção pelo poder. E assim permanecemos paralisados para que o tiroteio possa prosseguir sem que haja qualquer esperança real de que se mate “o bicho” no final.

Ficaria tudo perfeitamente bem se quem decidisse quem vai ou não para a fogueira fosse o eleitor na sua sempre exata sabedoria média, não apenas de quatro em quatro anos, mas antes, durante e sobretudo depois de depositar o seu voto na urna. Os direitos de retomada de mandatos e de referendo e iniciativa legislativas a qualquer momento, mais o de reconfirmação periódica de juízes para que não se deem dois passos atrás a cada um dado para adiante, são as formas consagradas nas democracias que vão além da mentira para armar o poder que a Constituição atribui ao povo de única fonte de legitimação do processo republicano. É o único remédio que cura o estado de falsificação e descrédito geral de todas essas nossas instituições e “instâncias de representação” que se autoatribuíram um “direito legal” à autonomia em relação aos seus representados e põe as coisas andando na direção e na velocidade certas.

O que nos cansa a beleza a todos é que o caso do Brasil é absolutamente translúcido. Trata-se da opressão e da exploração vil de uma nação inteira por uma antielite numericamente insignificante que vive do expediente de controlar as ferramentas de amplificação de som do País para soterrar todo e qualquer argumento racional que se aplique para descrevê-la como o que é com a repetição à exaustão do mantra de que as vítimas é que são os culpados e os culpados, as vítimas. E quando até isso falha, jogar no fogueira mais um culpado – que todos são, basta escolher – para dissolver em emocionados “contras” e “a favores” qualquer esperança de dar tratamento às causas de que essas culpas individuais são mera consequência.

Cinco Estados brasileiros, o Rio de Janeiro acima e à frente de todos clamando aos céus onde é que tudo isso vai parar, já têm mais funcionários aposentados que funcionários ativos em número de “cabeças”. Outros nove estão empatados: têm tantos aposentados quanto ativos. E todos os outros, sem exceção, estão presos na espiral geométrica dos aumentos dos proventos “deles” à custa da redução dos nossos que condenam à míngua acelerada serviços essenciais como os de educação, saúde e segurança pública dos quais dependem não só o futuro imediato de cada um de nós individualmente como também a sobrevivência da nossa quase democracia.

O governo federal sozinho tem um rombo projetado de 250 bilhões por ano. Somados os Estados, em cálculos hipotéticos, porque a realidade muda em velocidade maior que o tempo que leva para se levantarem os dados da conta inteira, o rombo vai a mais de 400 bilhões. Mas apenas uma das “pautasbomba” armadas no Congresso poderia levar essa cifra para 660

bilhões até 2020, isto é, 55% a mais em um ano e meio. E, no entanto, tudo isso se dá às vésperas de uma eleição presidencial onde todos os lados evitam sequer mencionar esse probleminha “impopular” para quem tem, como todos eles têm, os ouvidos colados em Brasília, a pátria da privilegiatura, ou incuravelmente entupidos pelo lodo da censura instalada na academia e em parte da mídia.

Não é à toa que o “involucionário” José Dirceu, mais um dos condenados por corrupção em liberdade condicional com “claque” da tragicomédia nacional, incitava a esquerda roubona pela internet, esta semana, a “não deixar o governo funcionar” (este que propôs e quase conseguiu fazer as reformas de que foi demovido a socos e pontapés ou qualquer outro menos os dela). Está pra lá de claro que a situação presente do Estado brasileiro é insustentável e basta não agir para que caiamos numa ditadura armada, a única forma de manter de pé a equação venezuelana que se vai configurando nos nossos rios de janeiros. O difícil é saber para onde fugiremos todos, nós e os fugitivos da Venezuela, se “o sonho” de fato recomeçar.

Na situação atual do Estado brasileiro, basta não agir para cairmos numa ditadura armada.

Opinião econômica de Joaquim Barbosa quando ministro do STF

Valor Econômico - 19/04/2018

Pedro Nery

Cresce o interesse pela candidatura de Joaquim Barbosa, junto com as dúvidas sobre o que o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), conhecido pelo combate à corrupção, pensa sobre a economia. Além das poucas entrevistas que Barbosa deu no período recente, como a de setembro passado neste Valor ("O nome da trégua"), tem restado o telefone sem fio em relatos de quem esteve com ele.

Entretanto, no período em que Joaquim Barbosa foi ministro, o Supremo debateu diversas ações que tentavam derrubar reformas tanto do período FHC quanto do período petista, frequentemente com divergência entre os ministros. Existem, portanto, diversos votos de Joaquim Barbosa sobre assuntos econômicos que ainda não saíram da pauta nacional. E eles são compatíveis com a agenda de reformas.

Do governo tucano, a quebra do monopólio estatal do petróleo foi considerada constitucional pelo STF, com voto de Barbosa, em duas ações diretas de inconstitucionalidade. Seu voto divergiu do relator, Ayres Britto, indicado por Lula junto com ele ao STF. Para Barbosa, a propriedade do petróleo pela União não deveria ser confundida com monopólio da exploração. Ele ressaltou que concessões à iniciativa privada se justificam se o Estado não tem recursos para prestar todos os serviços públicos ou se lançar em atividades de alto risco.

Ainda do governo Fernando Henrique, Joaquim Barbosa votou a favor da lei complementar dos pisos salariais estaduais, que diminui a pressão por aumentos do salário mínimo nacional. Também em relação ao salário mínimo, esteve com a maioria em um 7x3 que validou a política de valorização de Dilma, questionada por prever o reajuste de 4 anos de uma única vez, e não anualmente. A medida dá maior previsibilidade aos empregadores e às próprias contas públicas, pela vinculação dos gastos da Seguridade.

Do governo Lula, em um disputado 7x4, foi a favor do status de ministro para o presidente do Banco Central: "O Banco Central não é tecnicamente subordinado ao Ministério da Fazenda". Também defendeu a constitucionalidade da nova lei das falências.

Esteve vencido do lado menos corporativista em ações impetradas por associações de juízes questionando normas internas de tribunais, como quando o Supremo decidiu ser inconstitucional tribunal proibir juízes de darem aulas no horário de expediente.

Em especial, chama muito a atenção os posicionamentos de Barbosa em relação à reforma da previdência dos servidores de Lula e, mais recentemente, aumentos das alíquotas de contribuição pelos Estados. No caso das ações que questionaram a criação da contribuição de servidores inativos da reforma de 2003, Barbosa abriu a divergência que terminou vitoriosa, 7x4, garantindo a mudança. Relatora e MPF diziam que a contribuição era inconstitucional.

Os argumentos do ex-ministro continuam válidos, até porque respondem a críticas que a reforma atual sofre. Sobre o argumento de que os servidores possuem direito adquirido (ou "direito subjetivo incorporado ao patrimônio jurídico"), criticou o que chamou de "construção intelectual conservadora e antidemocrática" que abstrai "valores igualmente protegidos por nosso sistema constitucional", chamando atenção para as desigualdades do país.

Ainda no julgado da reforma de Lula, destacou o objetivo de manter viável um sistema que, nada fosse feito, comprometeria mesmo o bem-estar de futuras gerações de servidores. "A solidariedade deve primar sobre o egoísmo", é como fecha o voto.

Mais recentemente, em seus últimos anos na Corte, suspendeu liminares dos Tribunais de Justiça de Goiás e do Rio Grande do Sul que, por sua vez, suspendiam aumento de alíquotas de servidores - inclusive com progressividade. Note que foi este tema que tratou a Medida Provisória 805, que caiu em abril após ter sido suspensa pelo ministro Ricardo Lewandowski. Ela aumentava a contribuição dos servidores da União e, reflexamente, dos Estados e Municípios.

Os posicionamentos de Joaquim Barbosa sobre o tema são contundentes, inteligentes e atuais. Destaca que o desequilíbrio atuarial dos regimes próprios deriva da falta de proporcionalidade entre o custeio e os benefícios, explicando que, apesar das últimas reformas, os efeitos das distorções se prolongam no tempo.

Alegou estar plenamente provado o risco de ruptura social: "Se o servidor público não deveria responder pelos erros do Estado na condução da política previdenciária, muito menos legitimado estaria o cidadão comum a ser chamado para contribuir com benefícios que nunca lhe foram, nem serão, concedidos". Partilhar o déficit dos regimes próprios com trabalhadores do INSS e empresas seria injusto e abusivo.

Por fim, cabe destacar que o período de Joaquim Barbosa no Supremo não coincidiu com grandes reformas no INSS, onde a magnitude do déficit atuarial é maior. As discussões foram apenas residuais - como sobre a alteração na CLT feita pelo governo FHC, determinando que a aposentadoria nas estatais implica demissão. Foi considerada inconstitucional por Barbosa - que equiparou à demissão sem justa causa.

No conjunto, o que se observou de Joaquim Barbosa no STF em temas polêmicos e divisivos importantes para a economia é uma visão mais liberal do que a do partido a que hoje está filiado. Em temas que não saíram da ordem do dia, como as privatizações, o salário mínimo, a organização do Banco Central, o corporativismo e a reforma da Previdência, Joaquim Barbosa votou - e fundamentou decisões - em direção contrária ao que costuma entender a esquerda brasileira.

Benefício fiscal terá que ter meta e avaliação Valor Econômico - 19/04/2018

Ribamar Oliveira

A partir de 2019, as propostas que criarem ou prorrogarem benefícios tributários devem estar acompanhadas dos objetivos, metas e indicadores relativos à política pública fomentada, bem como da indicação do órgão responsável pela supervisão, acompanhamento e avaliação. A determinação é uma das novidades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), enviado na semana passada pelo governo ao Congresso.

O governo incluiu a regra no PLDO de 2019 em atendimento às recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), ainda em maio de 2014. Naquela época, o governo da ex-presidente Dilma Rousseff empreendia um gigantesco programa de desoneração tributária, que reduziu significativamente a receita do Tesouro e até hoje tem consequências negativas para o equilíbrio das contas da União. Como é recomendação do TCU, a regra deverá ser repetida na LDO de cada ano, daqui para frente.

No ano passado, os parlamentares incluíram na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 um artigo que mandava o governo adotar providências e medidas, inclusive com o envio de proposições legislativas, com o objetivo de reduzir o montante de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial.

A determinação foi vetada pelo presidente Michel Temer com o argumento de que poderia "tornar ilegal medidas de caráter concessivo que se apresentem prementes ao longo do exercício". Além disso, diz o veto, "a vedação, incluída em lei de caráter transitório, como a LDO, pode gerar conflito com os atos normativos materiais já existentes".

Em anexo do PLDO de 2019, o governo informa que sua previsão para gastos tributários no próximo ano é de R\$ 303,5 bilhões, o que corresponde a 4,02% do Produto Interno Bruto (PIB). O valor inclui os gastos tributários previdenciários, estimados em R\$ 68,2 bilhões. Não é de conhecimento público quantos dos programas responsáveis por essa montanha de renúncia tributária foram objeto de algum tipo de avaliação ou tiveram suas metas e objetivos cumpridos.

Em 2014, o TCU realizou uma ampla auditoria nos gastos tributários do governo federal, com o objetivo de conhecer e avaliar a estrutura de governança das renúncias tributárias. Os auditores identificaram uma série de fragilidades. Uma delas foi a ausência de avaliação de resultados por parte do órgão gestor na maioria das políticas públicas baseadas em renúncias tributárias.

Os auditores apontaram também deficiências no monitoramento e no controle dessas políticas por parte dos órgãos gestores. Eles constataram que "o sigilo fiscal constitui um obstáculo para o controle e a avaliação de resultados de algumas políticas financiadas por renúncias tributárias".

Alguns ministérios setoriais, segundo o relatório de auditoria do TCU, não dispõem de sistema informatizado para acompanhamento da concessão e da execução dos benefícios tributários e não há acompanhamento das renúncias tributárias por parte dos órgãos centrais, independentemente de haver ou não órgão gestor indicado em norma.

O espaço desta coluna não é suficiente para relatar todas as fragilidades identificadas pelos auditores do TCU. Mas as que foram aqui informadas dão uma ideia aos contribuintes de que o governo vem abrindo mão de receitas tributárias sem saber exatamente se as renúncias estão cumprindo os objetivos definidos inicialmente e quais os benefícios que elas trazem para a coletividade. Muitas delas já duram décadas, sem que se saiba por que continuam em vigor.

No momento em que a União tem dificuldades para fechar suas contas, nada mais adequado que rediscutir cada um dos benefícios tributários concedidos para saber se é importante que eles continuem ou desapareçam, reforçando, neste caso, o caixa do Tesouro.

A determinação que está no PLDO é um avanço, em relação ao que consta da Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto de gastos para a União. A emenda diz apenas que a proposição legislativa que resultar em renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, o que já vinha sendo feito antes.

Mesmo assim, os parlamentares não param de apresentar proposta de criação de novos benefícios tributários. Na terça-feira, o senador José Serra (PSDB-SP) apresentou projeto de resolução que determina à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado divulgar, quadrimestralmente, um relatório que contenha o impacto fiscal das proposições que acarretem a concessão, prorrogação ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Os relatórios serão utilizados pelo Senado na avaliação periódica de funcionalidade do sistema tributário nacional.

Previdência

As projeções fiscais do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que constam em um anexo do PLDO, são impressionantes e merecem ser lidas. Elas mostram que, se as atuais regras de concessões dos benefícios previdenciários não forem alteradas, o déficit do RGPS alcançará a inacreditável cifra de R\$ 8,5 trilhões em 2060. O valor equivaleria a 11,4% do PIB. O déficit projetado para 2019 é de R\$ 214,7 bilhões ou 2,81% do PIB.

Toda projeção é feita com base em uma série de premissas, que podem ser questionadas. No caso das estimativas sobre o RGPS, o governo considerou que a regra de reajuste do salário mínimo (inflação mais o crescimento real da economia de dois anos antes) vai continuar até 2060. A regra só vale, no entanto, até 2019. O Congresso terá que definir uma nova regra, que provavelmente resultará em um aumento real menor para o mínimo.

Outra variável sujeita a crítica é a projeção para o crescimento da economia nas próximas décadas. Ela cai de 3% em 2019 para 2,06% em 2033 e para abaixo de 1% a partir de 2052.

Não se pode questionar, no entanto, o fato de que a trajetória do déficit está pautada, fundamentalmente, pelo acelerado processo de envelhecimento da população brasileira. Em 2060, para cada pessoa com mais de 60 anos, teremos 1,6 pessoa com idade entre 16 e 59 anos. Essa relação está em 5,3 atualmente.

Tons da economia **O Globo - 19/04/2018**

Miriam Leitão

Os bens de valor mais alto têm tido crescimento maior de vendas e de produção do que os mais baratos. Santa Catarina está acelerando, enquanto Pernambuco encolhe. A exportação aumenta mais em produtos manufaturados do que nas commodities agrícolas. A retomada da economia, depois da recessão de 2014-2016, tem ocorrido com inesperados e algumas desigualdades.

O que tirou a economia da recessão foi a agricultura e a exportação, como se sabe. Mas o bom momento da balança comercial, que acumula superávit de

US\$ 66,5 bilhões em um ano até março, não se deve apenas aos grãos. No primeiro trimestre, enquanto as exportações em geral cresceram 7,7% na comparação com 2017, os produtos manufaturados tiveram alta bem mais forte, de 19%. No caso dos bens de capital, as máquinas e equipamentos usados na confecção de outros produtos, o salto foi impressionante: de 98,9% nesse primeiro trimestre, com as vendas atingindo US\$ 3,4 bi. Aqui dentro, a situação também melhorou. No ano até fevereiro, em comparação com 2017, a produção de máquinas e equipamentos subiu 8%. Em 12 meses, o avanço é de 3,3%.

— Parece estranho porque não está havendo projeto novo de investimento. O caso é que a empresa ficou alguns anos sem trocar a máquina. Agora a economia começou a andar e não houve outro jeito a não ser comprar um equipamento novo — explica o economista José Roberto Mendonça de Barros.

Outra exportação que chama a atenção é a de veículos leves: foram 771,8 mil unidades em um ano até março, mais do que o dobro do que se vendeu em 2014, quando a crise começou. Com grande capacidade instalada, as fabricantes buscaram outros mercados depois que a demanda interna minguou. Em março, um a cada quatro veículos montado no Brasil foi enviado ao exterior. Em 2015, a proporção era de pouco mais de um a cada 10.

A exportação de máquinas agrícolas atingiu US\$ 192,8 milhões de janeiro a março, pelos dados da Secretaria de Comércio Exterior, ou 30,6% a mais que um ano antes. A Caterpillar é uma das protagonistas desse movimento. A empresa tem fábricas em Piracicaba, no interior de São Paulo, e em Campo Largo, próximo a Curitiba, e viu o mercado interno murchar de 35 mil unidades por ano, em 2014, para somente 7 mil vendas em 2016.

— A solução foi exportar. Comparado ao começo de 2016, os embarques cresceram 145% neste ano. Foi o que garantiu a manutenção dos empregos. Ano passado, a Caterpillar voltou a contratar e abriu 1.100 vagas. Hoje, estamos com 3,9 mil empregados no país — conta Odair Renosto, presidente da operação brasileira.

A empresa exporta para mais de 120 países, principalmente para os EUA e os vizinhos sul-americanos, máquinas que custam entre R\$ 200 mil e R\$ 1,5 milhão. O aumento das exportações gerou créditos de ICMS para a Caterpillar, mas ela não tem conseguido descontar porque as vendas no Brasil estão quase paradas.

O desemprego alto é uma das maiores barreiras à recuperação, mas o economista José Roberto Mendonça de Barros acha que está voltando a confiança.

— O país tem 13,1 milhões de desempregados, mas tem 89 milhões de pessoas trabalhando. Acho que está havendo uma redução do medo de demissão. Isso é que explica, por exemplo, que a venda de produtos mais caros, que dependem do crédito, estejam aumentando mais do que a de produtos mais baratos.

De fato, a produção de bens de consumo duráveis saltou 14,2% nos 12 meses até março. São exatamente aqueles produtos mais caros, como televisão e carros, que as famílias tinham adiado a troca. O número de veículos feitos no Brasil no primeiro trimestre foi 40% maior do que no mesmo período de 2016. Já o mercado de vestuário, por exemplo, está bem mais fraco.

Há também uma disparidade entre regiões. Enquanto a indústria de Santa Catarina arrancou para uma alta de 5,1% em um ano, a produção em Pernambuco amarga queda de 1,8%. Na Bahia houve uma ligeira alta, de 0,5%, e a região Nordeste ficou estável no período. Pelas contas do IBGE, a indústria está 15,1% abaixo do seu pico histórico, de maio de 2011, mas o Ceará está a 21,5% do seu recorde de produção, em janeiro de 2010. Essa retomada em ritmos desiguais pode se traduzir em diferentes humores eleitorais, dependendo da região e do setor da economia.

Privatizar sem fechar

O Globo - 19/04/2018

Albano Franco

O Brasil é reconhecido como uma potência agrícola. Responde por 12% da produção mundial de grãos e se destaca como o maior exportador do planeta. A safra recorde de 2017 atingiu 242 milhões de toneladas e foi 15,3% maior que a de 2015, então a maior de todas. A relação produção/área plantada vem se elevando de forma exponencial, o que atesta os contínuos ganhos de produtividade que, nos últimos anos, cresceram 229,4%. Reflexo da utilização massiva de máquinas, implementos agrícolas e insumos modernos, a agricultura brasileira, capitaneada pelo agronegócio, tem contribuído para o crescimento das exportações e para o equilíbrio das contas externas do país. Claro está que, sem o bom desempenho da agricultura, a recessão de anos recentes teria sido ainda mais severa.

A continuidade desse modelo virtuoso de expansão intensiva da agricultura e, em consequência do agronegócio, vai depender dos aumentos cada vez maiores de produtividade, e os fertilizantes nitrogenados, potássicos e fosfatados assumem papel relevante nessa busca contínua de eficiência. O Brasil produz 30% de suas necessidades de fertilizantes, com destaque para os nitrogenados, já que 95% do cloreto de potássio e uma expressiva quantidade dos fosfatados vêm do exterior.

Com a recente decisão da Petrobras de hibernar, ou seja, desativar a produção de suas três fábricas de nitrogenados de Camaçari (BA), Laranjeiras (SE) e Araucária (PR), com capacidade para, conjuntamente, produzir 1,8 milhão de toneladas de ureia e 1,270 milhão de toneladas de amônia por ano, o Brasil praticamente irá importar quase todo o fertilizante necessário ao desenvolvimento da agricultura e do agronegócio, que vêm a ser o carro-chefe da economia hoje. Dessa forma, o país ficaria completamente dependente de

importações de insumos estratégicos para um conjunto de atividades produtivas decisivas para a economia nacional.

A causa para a hibernação alegada pela petroleira é a de que essas fábricas estão dando prejuízos. Ora, são unidades industriais que operam há muito tempo — a da Bahia há 47 anos; a de Sergipe, há 36 — ininterruptamente. Já a do Paraná entrou em operação em 2013. Fica claro que tais prejuízos são de anos recentes, considerando que a Petrobras não instalaria mais uma fábrica no Paraná se a de Sergipe e a da Bahia fossem cronicamente deficitárias.

Episódicos, esses prejuízos podem desaparecer com uma rigorosa reestruturação administrativa, acompanhada da redução de custos dos insumos básicos — gás natural, água e energia elétrica — perfeitamente equacionáveis num trabalho conjunto entre a Petrobras e os governos dos estados interessados em manter essas fábricas em funcionamento.

No caso de Sergipe, a hibernação ou fechamento da fábrica de fertilizantes nitrogenados (Fafen) destruirá toda uma cadeia produtiva que vai das indústrias misturadoras à logística de transportes, responsável por expressiva parcela da renda interna do estado e pelo emprego de milhares de profissionais de diversas categorias.

Em último caso, se realmente for interesse da Petrobras em sair do negócio de fertilizantes, sugere o bom senso que melhor seria privatizar essas fábricas. Fechá-las, nunca!

Sem a agricultura, recessão teria sido pior.

Cigarro paraguaio: eixo do crime

DCI - 19/04/2018

Paulo Solmucci

Iniciou-se, a partir de Sorocaba (SP), na manhã de terça (17), a primeira de uma série de operações da Polícia Federal (PF) visando às investigações e prisões de criminosos que fazem parte da extensa rede do contrabando de cigarros. De imediato, foram cumpridos 35 mandados de prisão preventiva e dois mandatos de prisão temporária em seis municípios paulistas, dois sul-mato-grossenses, um paranaense e um capixaba.

É como dizia o falecido ministro do STF, Teori Zavascki, quando iniciava a investigação sobre denunciados por ato de corrupção: “a cada pena que se puxa, vem uma galinha”. O contrabando de cigarros é uma pena de galinha, que, sozinha, representa a sonegação de R\$ 35 bilhões de impostos por ano. Mas ao se puxar esta pena, vem a galinha da sonegação geral – uma perda de impostos de R\$ 115 bilhões.

A estrutura central de logística, distribuição e gestão administrativo-financeira do contrabando de cigarro representa o eixo de uma roda. Nele se ligam as

outras modalidades de contrabandos: de armas, drogas, bebidas, brinquedos, perfumes, remédios, roupas, tênis, óculos etc. Um dos aros é o de roubos de cargas. Tudo isso lubrificando pela corrupção de uma ínfima (porém, muito ativa) e até agora intocável minoria de agentes públicos municipais, estaduais e federais.

Portanto, priorizando-se o desmantelamento do eixo do contrabando do cigarro, desmonta-se a roda da criminalidade que tomou de assalto o Brasil inteiro. É impossível que se vença esta causa sem que se concentrem as investigações e as prisões no núcleo da intrincada matriz do crime organizado. É como repete o juiz Sérgio Moro, recorrendo a um conceito prevaletente no sistema judiciário dos EUA: “siga o dinheiro, e você descobrirá quem é o chefe do crime”.

Sem uma clara e precisa hierarquização, não há como o país debelar a criminalidade sistêmica. Até porque é muito vasto, e às vezes inacessível, o território a ser vigiado. O Brasil tem 16,8 mil quilômetros de fronteiras terrestres, o equivalente a cinco vezes a área limite entre os Estados Unidos e o México. É por isso que devemos, primeiramente, colocar a lupa na interseção geográfica do Paraguai com o Paraná e Mato Grosso do Sul, como agora a PF começou a fazer com muita competência. Certíssimo. Pois é nesse pedaço da América do Sul que entram 48% dos cigarros consumidos no nosso Brasil.

Ou seja: de dois maços de cigarros vendidos no país, um é contrabandeado. O maior mercado, obviamente, está na cidade de São Paulo. Nela, 40% dos cigarros vendidos aos consumidores finais vêm do Paraguai. São produzidos clandestinamente, lá no país vizinho, em uma despudorada falsificação, na qual se usam quaisquer componentes, até mesmo o esterco. Enquanto um cigarro popular, como o Derby (da Souza Cruz), sai por R\$ 6,75, o paraguaio Eight é vendido por R\$ 2,50.

Se a gente quer dar um jeito no Brasil, temos que imediatamente secar a fonte do caudaloso e contínuo contrabando do cigarro. É esta a plataforma de todas as demais espécies de contravenção, que fazem desaparecer anualmente, como já assinalado, R\$ 115 bilhões de impostos.

Trata-se de uma arrecadação que livraria o país de passar pelo duro ajuste fiscal que a sua adversa realidade de hoje lhe impõe. O objetivo de combate ao contrabando precisa estar ligado às nossas urgentes metas de redução da violência e da desigualdade social, de geração de emprego, de melhoria de saneamento básico, saúde e educação.

Endividamento global atinge recorde histórico

Valor Econômico - 19/04/2018

A dívida global bateu um recorde preocupante: atingiu a máxima histórica ao superar, a partir de 2016, o pico atingido em 2009, apontou o Monitor Fiscal, um relatório periódico publicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como parte de seu encontro de primavera. Em 2016, o total da dívida mundial, incluindo a pública e a de empresas privadas não financeiras, somou US\$ 164

trilhões, o equivalente a 225% do Produto Interno Bruto (PIB) global. A cifra ultrapassou em 12 pontos percentuais a taxa registrada no ápice da crise financeira.

A base de dados do FMI contempla 190 países e tem histórico desde 1950, o que permite recortes que dão a dimensão do cenário. Entre as economias desenvolvidas, o estoque de dívida bruta está em 105% do PIB desses países, nível não visto desde a 2ª Guerra Mundial. Já os países emergentes e de renda média devem o equivalente a 50% do PIB do grupo, maior volume desde a crise de dívida nos anos 1980.

Para o FMI, o recado é simples: os países precisam reconstruir seus colchões fiscais e se preparem para os "duros tempos que virão" enquanto o cenário de crescimento global é favorável. "À medida que o crescimento ganha impulso, o estímulo fiscal para apoiar a demanda não é mais prioridade." O Fundo ainda destaca que a "experiência histórica mostra que uma posição fiscal fraca aumenta o tamanho e duração das recessões porque os governos ficam incapazes de implementar uma política fiscal para apoiar o crescimento".

O estudo mostra que três países - China, Japão e EUA - são responsáveis por mais da metade da dívida global. A China respondeu por cerca de três quartos de todo o aumento de endividamento desde a crise. De 2001 a 2016, o estoque do país asiático saltou 15 vezes, de US\$ 1,7 trilhão para US\$ 25,5 trilhões.

Apesar de ressaltar que o ritmo do crescimento está acelerado no mundo e tem se tornado mais sincronizado, o FMI adotou um tom de quase apreensão sobre as incertezas à estabilidade financeira global. Segundo a entidade, os riscos de curto prazo aumentaram desde outubro. O órgão advertiu que os BCs globais podem responder a uma alta da inflação de forma mais agressiva do que se espera. "Esse aperto pode impactar preços dos ativos de risco, mercados de financiamento bancário em dólar, economias emergentes e países de baixa renda."

Economia dos EUA vai bem, mas risco de guerra comercial preocupa, diz Fed

Valor Econômico - 19/04/2018

Empréstimos "robustos", aumento do consumo, e mercados de trabalho apertado indicam que a economia dos Estados Unidos continua no caminho certo para um crescimento contínuo, segundo o Federal Reserve (Fed, o banco central americano), com os riscos de uma guerra comercial global sendo o grande fator de desvio dessa rota.

Em seu "Livro Bege", relatório feito a partir de contatos com empresas nos 12 distritos regionais, o Fed afirma que a perspectiva geral entre os empresários "permanece positiva", mas que muitos estão preocupados com os efeitos das sobretaxas impostas pelo governo de Donald Trump.

"Contatos em vários setores, incluindo manufatura, agricultura e transporte, expressaram preocupação com as tarifas recém-impostas e / ou propostas", disse o banco central em seu relatório divulgado ontem, que corresponde ao período de março a início de abril.

De fato, a palavra "tarifas" apareceu 36 vezes no relatório. No "Livro Bege" publicado em 7 de março não havia menção ao termo.

As tarifas foram apontadas como um fator que afeta os preços ou como uma potencial preocupação nas perspectivas de 10 entre 12 resumos feitos pelo bancos regionais do Fed.

O documento, no entanto, mostra que a economia parece avançar com alguma evidência de que os cortes de impostos aprovados começam a ter efeito em gastos e investimentos empresariais.

Vários distritos do Fed relataram um salto nos empréstimos comerciais e industriais, de um aumento "robusto" de 17% em relação ao ano anterior em St. Louis para um crescimento "sólido" em Atlanta e uma demanda "saudável" em Cleveland.

Trump rejeita retorno à TPP após encontro com Abe **Valor Econômico - 19/04/2018**

Por meio de um tuíte, o presidente Donald Trump descartou a ideia de os EUA voltarem à Parceria Transpacífico (TPP), acordo comercial que, para especialistas, seria uma forma de assegurar o papel econômico dos EUA na Ásia.

"Japão e Coreia do Sul gostariam que nós voltássemos ao TPP, mas eu não gosto do acordo para os EUA", tuitou Trump, ao fim o primeiro dia da cúpula com o premiê japonês, Shinzo Abe, em seu resort em Mar-a-Lago, na Flórida. "Contingências demais e nenhuma saída caso não dê certo. Acordos bilaterais são muito mais eficientes, rentáveis e melhor para NOSSOS trabalhadores. Veja como a OMC [Organização Mundial do Comércio] é ruim para os EUA", tuitou.

Na semana passada, Trump havia instruído seus assessores comerciais a avaliar a possibilidade de os EUA retornarem à TPP. Embora isso tenha sido bem recebido por membros do bloco comercial, ministros de alguns países - como Japão, Austrália e Malásia - rejeitaram uma renegociação do acordo para reacomodar os EUA.

"Suspeito que Abe ressaltou a Trump a impossibilidade de uma completa renegociação da TPP neste momento", disse Deborah Elms, diretora-executiva do Asian Trade Centre. O mais recente tuíte do presidente "mostra que Trump ainda não entende o acordo."

A TPP original com 12 países membros foi negociado no governo Barack Obama, que não conseguiu ratificá-la no Congresso. A saída dos EUA foi uma das primeiras medidas do presidente Trump.

Abe parece voltar ao Japão de mãos vazias após os dois dias com Trump. Principal aliado dos EUA na Ásia, o país até agora não obteve a isenção da tarifa sobre o aço.

UE prepara proposta comercial para os EUA

Valor Econômico - 19/04/2018

A União Europeia (UE) está elaborando uma proposta de paz, com a qual espera encerrar as hostilidades comerciais com a Casa Branca e evitar a imposição de tarifas sobre o aço e o alumínio exportado pelo bloco, previstas para daqui a duas semanas, segundo autoridades europeias.

Seu ponto central é uma versão menor e simplificada da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla em inglês) - o controvertido acordo comercial UE-EUA que foi negociado, mas nunca concluído no governo de Barack Obama.

Para completar a proposta, a UE está considerando unir forças com os EUA para enfrentar o que ambos veem como práticas comerciais injustas da China, disseram essas autoridades.

O mini-acordo proposto atende a uma exigência básica do presidente Donald Trump: tarifas menores sobre automóveis, peças e máquinas industriais americanas que entram na Europa.

Em troca das barreiras menores, que também poderão ser aplicadas a alguns produtos agrícolas e farmacêuticos americanos, a UE vai pedir acesso para suas empresas a contratos públicos nos EUA, obstáculo de longa data nas negociações da TTIP.

O eventual acordo poderá incluir compromisso de participação conjunta da UE e dos EUA em ações contra a China na Organização Mundial do Comércio (OMC), além da promessa de os principais governos europeus pressionarem mais Pequim para criar condições de igualdade para as empresas estrangeiras no país e para combater o roubo de propriedade intelectual, disseram autoridades alemãs.

"Sobre a China, concordamos com os EUA quanto ao problema; só não concordamos com o método", disse um diplomata da UE.

Junto com outros incentivos, a UE também está acelerando negociações não relacionadas que permitiriam a entrada de mais exportações de carne bovina de alta qualidade dos EUA no mercado da UE, mas que se arrastam há anos.

A abordagem em várias frentes começou com uma iniciativa da Alemanha, cuja economia aquecida depende muito das exportações e que seria a mais prejudicada por uma escalada da guerra comercial com os EUA.

Desde então, outros países apresentaram suas próprias ideias, ampliando a proposta, mas também complicando as negociações. A França, por exemplo, quer que o acordo seja condicionado à volta dos EUA ao Acordo de Paris sobre o clima e resiste que os produtos agrícolas sejam parte do pacote, segundo autoridades europeias.

No mês passado, o presidente da França, Emmanuel Macron, disse que "por princípio, não discutimos nada quando temos uma arma apontada para nossa cabeça" e as autoridades francesas classificaram uma retomada da TTIP como um "sinal de fraqueza".

Macron estará hoje em Berlim para se encontrar com a premiê alemã, Angela Merkel, no que autoridades alemãs descreveram como uma tentativa de definir uma estratégia conjunta antes da visita dos dois líderes a Trump na próxima semana.

"Deveremos ter uma proposta acabada para Trump quando Merkel estiver em Washington", disse uma autoridade alemã. "No fim, tudo vai depender de Trump ficar impressionado com a nossa proposta", acrescentou.

Antes que negociações detalhadas com os EUA sobre como implementar a proposta da UE possam começar, as autoridades europeias insistem que a isenção de um mês às novas tarifas americanas sobre as importações de aço e alumínio passe a ser permanente.

Cecilia Malmström, comissária do Comércio da UE, manteve uma postura agressiva nesta semana, afirmando que "não vamos oferecer [aos EUA] nada a essa altura". Ela acrescentou que "esperamos ser permanentemente e incondicionalmente isentos dessas medidas [as tarifas]... Quando isso for confirmado pelo presidente [Trump], estaremos, como sempre, dispostos a discutir qualquer coisa que disser respeito à facilitação do comércio e atritos comerciais".

Mas diplomatas da UE e autoridades de governos europeus disseram que, por trás da retórica dura, o bloco está ocupado elaborando um acordo que evite um rompimento nas estratégicas relações com Washington. Um porta-voz do secretário do Comércio dos EUA, Wilbur Ross, confirmou que as discussões estão em andamento, mas não quis fornecer detalhes.

No mês passado, Trump invocou a segurança nacional para impor tarifas de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio, mas concedeu à UE, Canadá, México, Austrália, Argentina, Brasil e Coreia do Sul isenções temporárias e uma oportunidade para que eles negociem uma isenção permanente.

O principal alvo de Trump, a China, impôs tarifas retaliatórias sobre mais de uma centena de diferentes produtos americanos, aumentando os temores de escalada de uma guerra comercial.

Embora seu foco esteja na atenuação, a UE também está considerando contramedidas caso as negociações fracassem. Na segunda-feira, seus representantes na OMC seguiram a China na solicitação de consultas sobre as tarifas ao aço impostas pelos EUA. Em Bruxelas, autoridades da UE finalizaram na terça-feira uma lista de medidas retaliatórias, caso não se chegue a um acordo até 1º de maio.

Em suas declarações lamentando o que descreveu como vantagens comerciais injustas da Europa, Trump sempre destacou a Alemanha, que tem grande superávit comercial com os EUA, ligando isso a outras reclamações, como os gastos militares supostamente insuficientes de Berlim.

Isso sugere que um acordo que evite as tarifas sobre o aço e o alumínio poderá vir como um pacote de medidas europeias e nacionais, não necessariamente ligadas ao comércio. "O presidente Trump quer colocar tudo na mesa: nosso superávit comercial, exportações de automóveis, gastos com defesa e as relações com a Rússia", disse uma autoridade de Berlim.

Acrescentar gastos extras com defesa pela Alemanha à proposta comercial da UE a Trump não será fácil. Os socialdemocratas, de tendência de esquerda e parceiros na coalizão que dá sustentação ao governo de Merkel, resistem a um aumento do orçamento militar.

"O problema que parceiros internacionais têm é que eles estão acostumados a seguir uma determinada cartilha comercial", afirma John Clancy, consultor sênior da FTI Consulting, uma consultoria de Bruxelas especializada em negócios, fazendo alusão à maneira como Trump mudou o foco da política comercial dos EUA, das rodadas de acordos multilaterais das últimas décadas para os acordos bilaterais.

"Com o atual governo americano, você tem de jogar essa cartilha fora e pensar de uma maneira totalmente nova", diz Clancy.

País pode fortalecer parcerias com 'isolacionismo' dos EUA

DCI - 19/04/2018

O enfraquecimento do comércio multilateral e o protecionismo dos Estados Unidos (EUA) abrem oportunidades para o Brasil intensificar acordos bilaterais e regionais e diversificar parceiros.

No entanto, desafios estruturais internos e o grau de abertura comercial ainda pequeno podem limitar a inserção do País no mundo, afirmam especialistas ouvidos pelo DCI. Na avaliação da professora de relações internacionais da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) Fernanda Magnotta, a postura

protecionista adotada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, já deixa o Brasil em alerta, mesmo que sanções aos nossos produtos ainda não tenham sido colocadas. “O isolacionismo do Trump é um lembrete de que nós não podemos depender deles [dos EUA]”, observa Magnotta, lembrando que o país norte-americano é o nosso segundo maior parceiro comercial. A nação já foi a primeira, porém, perdeu esse posto para a China a partir dos anos 2000.

“Os EUA irão observar quais os setores de cada país tiram vantagem deles e, com isso, devem buscar uma medida [como a sobretaxação]. No caso do Brasil, o que chama mais a atenção são os minérios, porém os combustíveis também podem ser afetados – temos um mercado de etanol importante – assim como as commodities [agrícolas]”, acrescenta a professora da FAAP.

Nesse contexto, o Brasil se verá obrigado a ser menos dependente dos EUA, fortalecendo relações já existentes e buscando novos parceiros. Para Magnotta, há duas janelas de oportunidade para o Brasil: uma delas é a própria China, não só por já ser uma grande parceira, como pela convergência dos interesses bilaterais. “A China depende da nossa matéria-prima e precisa de alimentos para garantir a sua segurança alimentar”, diz ela. O outro caminho é a aproximação com a União Europeia (UE), bloco com o qual o Mercosul já está próximo de fechar um acordo, depois de 20 anos de negociação.

A coordenadora do laboratório ESPM Risk Analysis and International Affairs (ESPM-RAIA) Denilde Holzacker acrescenta, por sua vez, que o enfraquecimento do multilateralismo, representado, principalmente, pela paralisação (há 12 anos) das negociações comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), incentiva que os países passem a fazer acordos bilaterais e regionais. Holzacker lembra que, no caso do Brasil, além da UE, há a expectativa de que o Mercosul avance em acordos com o Canadá e com países asiáticos, para além da China, já que a suspensão da Venezuela e uma postura liberal do bloco têm facilitado negociações.

Já o professor de relações internacionais da FAAP Lucas Leite, pondera que os gargalos estruturais do Brasil são limitadores do seu processo de inserção global. Para ele, o País precisa reduzir muito a burocracia, aumentar a segurança jurídica e fazer um investimento maciço em infraestrutura para que os nossos produtos, principalmente os industriais, possam ganhar competitividade. “Temos que diversificar a nossa produção, porque o valor de troca das matérias-primas e das commodities é muito baixo”, ressalta Lucas Leite, lembrando que não só o Brasil, como também os demais países do mundo irão em busca de outros parceiros, diante do recuo dos EUA das regras do comércio internacional. Para o professor, uma saída seria o fortalecimento da relação com os países da América Latina e, no caso do aço, ele avalia que a melhor opção seria focar nos países do continente africano ou ampliar acordos com a China. Apesar de ainda não ter ocorrido com o Brasil, Lucas Leite analisa que há indícios de que os EUA sobretaxem o nosso aço.

Sobre as limitações do País, Magnotta ressalta que o grau de abertura comercial do Brasil ainda é pequeno. “A nossa agricultura e agropecuária já se internacionalizaram, mas a indústria nacional ainda é muito protecionista”,

comenta Magnotta, afirmando que o Brasil continua sendo visto como um país de alto risco e insegurança política.

‘OMC à la carte’

Apesar das recorrentes críticas à OMC, Magnotta acredita que, pelo menos neste momento, o Trump não deve retirar os EUA da organização multilateral. Segundo ela, a saída de um país da organização gera um longo processo jurídico e pagamento de sanções. “O Trump sabe que o custo-benefício dessa saída, agora, não vale a pena”, destaca Magnotta, afirmando que os EUA tendem a se utilizar da OMC de modo “à la carte”, o que significa que eles irão recorrer à organização somente quando interessar, como para protestar contra um determinado país.

O professor de relações internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB), Cristian Klein, avalia, por sua vez, que há possibilidade do Trump recuar no protecionismo. Ele lembra que, em 2002, o então presidente norte-americano, George W. Bush, sobretaxou o aço, “tiro que saiu pela culatra”, ao provocar perda de empregos dentro do próprio EUA.

Por outro lado, se o isolacionismo americano se aprofundar, Klein comenta que “não há vácuo no comércio internacional que não seja ocupado por outros países”. Sobre isso, Lucas Leite, diz que a China vem assumindo um papel preponderante no mundo. “Mais países têm a China como principal parceiro comercial do que os EUA”, ressalta o professor da FAAP, explicando que a China tem um plano de expandir com foco na América Latina, África e Ásia.

A presença do país asiático já é grande pelas nações africanas. O Zimbábue, por exemplo, já está bastante endividado com a China e adotou o yuan (moeda chinesa), em 2015, como uma das suas moedas nacionais para tentar estabilizar a economia.